



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -
PPGG/UEPA**



MAELÍ DE SOUZA CALDAS

**PRECARIEDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM CIDADES
INTERMEDIÁRIAS AMAZÔNICAS: UMA ANÁLISE DE ATIVIDADES
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS EM CAMETÁ E
ABAETETUBA, NA REGIÃO TOCANTINA**

Belém – PA
2022

MAELÍ DE SOUZA CALDAS

**PRECARIEDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM CIDADES
INTERMEDIÁRIAS AMAZÔNICAS: UMA ANÁLISE DE ATIVIDADES
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS EM CAMETÁ E
ABAETETUBA, NA REGIÃO TOCANTINA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Mestranda: Maelí de Souza Caldas

Orientador: Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro

Belém – PA
2022

MAELÍ DE SOUZA CALDAS

**PRECARIEDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM CIDADES
INTERMEDIÁRIAS AMAZÔNICAS: UMA ANÁLISE DE ATIVIDADES
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS EM CAMETÁ E
ABAETETUBA, NA REGIÃO TOCANTINA**

RESULTADO _____.

DATA: ____ / _____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro - Orientador

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto - Examinador Interno

Prof. Dr. Marcel Ribeiro Padinha – Examinador Externo

Belém – PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém – PA

Caldas, Maeli de Souza

Precariedade nas relações de trabalho em cidades intermediárias amazônicas: uma análise de atividades de prestação de serviços urbanos em Cametá e Abaetetuba, na região Tocantina / Maeli de Souza Caldas; orientação de Willame de Oliveira Ribeiro. – Belém, 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

1.Trabalho-Aspectos sociais-Cametá2.Trabalho-Aspectos sociais-Abaetetuba. 3.Cidades médias tocantinas. I. Ribeiro,Willame de Oliveira (orienta). II. Título.

CDD. 23 ed.. 331.098115

Ficha catalográfica elaborada por Regina Ribeiro CRB-739

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, João Caldas e Raimunda Caldas, por todo incentivo prestado, pela caminhada partilhada durante todo trajeto e por sempre proporcionarem a base familiar necessária à minha formação, dedico.

Aos trabalhadores entrevistados que, apesar do contexto árduo e corriqueiro em que desempenham suas atividades, disponibilizaram tempo, atenção e contribuíram significativamente para a conclusão desta pesquisa, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre foi (e sempre será) a minha fortaleza, onde através da fé busco e encontro a força e a coragem para nunca desistir, por me mostrar que mesmo nos momentos difíceis Ele estava comigo, me sustentando e me reerguendo.

Aos meus pais, João Caldas e Raimunda Caldas, que sempre me mostraram que a constante busca pela construção de conhecimentos é o segredo para alcançar grandes conquistas, que estiveram comigo lutando contra as dificuldades e obstáculos da vida, sem eles nenhuma realização seria possível, são a minha motivação e inspiração.

Aos meus irmãos, Meurygreece Farias, Gleybson Caldas, Deise Caldas e Gideão Caldas, parceiros de vida que sempre buscaram contribuir direta ou indiretamente na minha formação. A minha avó querida, Lorença Freitas (em memória), mulher batalhadora e de um coração enorme, que lutou incansavelmente para garantir aos netos a educação que ela não teve oportunidade de viver.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGG/UEPA, pelas contribuições teóricas e práticas desenvolvidas no decorrer do mestrado. E, especificamente, ao meu orientador, Dr. Willame Ribeiro, pela disposição em acompanhar a elaboração desta pesquisa, pelas grandes contribuições que trouxe enquanto docente e pelas inúmeras vezes em que buscou compreender os momentos de adversidade. Agradeço também ao Dr. Marcel Padinha, do qual fui aluna na graduação e que desde o processo seletivo acompanhou e contribuiu com a construção deste projeto como docente, avaliador e amigo.

Aos colegas do curso de Mestrado em Geografia e dos grupos de pesquisa (GeoPurb e Projeto Trabalho e Precariedade), por compartilharem grandes experiências que engrandeceram todo o processo de formação acadêmica, contribuindo para aprendizados profissionais e também pessoais.

A todos aqueles que de alguma forma refletiram positivamente e compartilharam comigo memórias nessa trajetória acadêmica, agradeço por todo encorajamento, cada um sempre será sempre lembrado com muita estima e consideração.

Agradecer é trazer à memória tudo aquilo que enche o coração de esperança. Diante de tanta dificuldade enfrentada, sentir gratidão é saber apreciar pequenas vitórias. Por isso, encerro esta sessão com uma frase da série *Grey's Anatomy* que diz assim: “No final de contas, o fato de termos coragem para continuarmos firmes e de pé é razão suficiente para celebrar”.

*O novo herói da vida é o homem comum
imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo
de todos os dias está também o tempo e o
lugar da eficácia das vontades individuais,
daquilo que faz a força da sociedade civil, dos
movimentos sociais.*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

RESUMO

A presente pesquisa tem como temática as relações do trabalho precário em cidades intermediárias amazônicas e investiga a precariedade em atividades de prestação de serviços urbanos. Assim, visa analisar a precariedade nas relações de trabalho em atividades de prestação de serviços urbanos nas cidades da Amazônia Tocantina, especificamente Cametá e Abaetetuba, bem como suas implicações socioespaciais. Diante do exposto, a problemática deste trabalho enfoca a precariedade existente nas relações de trabalho, encontradas nos espaços urbanos em cidades da Amazônia Tocantina, especificamente, em Cametá e Abaetetuba. A partir de tais debates e concepções considera-se a importância de compreender o trabalho precário, especialmente no contexto aqui estabelecido, isto é, em suas inter-relações com a dimensão espacial e, mais ainda, por se tratar do contexto socioespacial de cidades da Amazônia Tocantina. A presente pesquisa possui cunho qualitativo e se praticou a pesquisa de campo. Considerando o resultado final da pesquisa e as discussões levantadas, as atividades de mototaxistas e peixeiros nas cidades de Cametá/PA e Abaetetuba/PA se espacializam em condições marcadas pela precariedade e assim remetem à dinâmica do trabalho precário e às suas implicações na vida do trabalhador, quando considerados fatores como renda, jornada de trabalho, educação, saúde, espaços de moradia, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Precário. Cidades Intermediárias. Amazônia Tocantina. Prestação de Serviços. Cametá/PA. Abaetetuba/PA.

ABSTRACT

The present research is thematically precarious work as services in Amazonian circumstances and investigates the precariousness in urban service provision. So, analyze the precariousness of labor relations in urban service provision activities in the cities of the Amazônia Tocantina, specifically Cametá and Abaetetuba, as well as its socio-spatial implications. In view of the above, the problem of this work focuses on the precariousness existing in work relationships, found in urban spaces in cities in the Amazônia Tocantina, specifically in Cametá and Abaetetuba. From such debates and conceptions, the importance of understanding precarious work is considered, especially in the context established here, that is, in its interrelationships with the spatial dimension and, even more, because it is the socio-spatial context of cities in the Amazônia Tocantina. The present research has a qualitative nature and field research was carried out. Considering the final result of the research and the discussions raised, the activities of motorcycle taxi drivers and fishmongers in the cities of Cametá/PA and Abaetetuba/PA, are spatialized in conditions marked by precariousness and thus refer to the dynamics of precarious work and its implications in the life of the worker when considering factors such as income, working hours, education, health, housing spaces, among others.

KEYWORDS: Precarious work. Intermediate Cities. Amazônia Tocantina. Services provision. Cametá/PA. Abaetetuba/PA.

LISTA GRÁFICOS

Gráfico 1. Abaetetuba e Cametá. Dados sobre a hipótese de trabalhar em outra atividade, segundos os mototaxistas entrevistados. 2021.

Gráfico 2. Abaetetuba e Cametá. Danos à saúde gerados pelo trabalho, segundos os mototaxistas entrevistados. 2021

Gráfico 3. Abaetetuba e Cametá. Reconhecimento do trabalho precário, segundos os mototaxistas entrevistados. 2021

Gráfico 4. Abaetetuba e Cametá. Danos à saúde gerados pelo trabalho, segundo os peixeiros entrevistados. 2021

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Abaetetuba e Cametá. Trabalho formal e rendimento. 2019

Quadro 2. Cametá e Abaetetuba. Faixa etária dos mototaxistas. 2021.

Quadro 3. Cametá e Abaetetuba. Escolaridade dos mototaxistas. 2021

Quadro 5. Cametá e Abaetetuba. Motivos que levaram a opção pelo trabalho de moto-táxi. 2021

Quadro 6 . Cametá e Abaetetuba. Dados sobre a aquisição dos veículos utilizados pelos mototaxistas. 2021

Quadro 7. Abaetetuba e Cametá. Quantidade de horas de trabalho por dia segundos os mototaxistas entrevistados. 2021

Quadro 8. Abaetetuba e Cametá. Direitos enquanto trabalhadores, segundo os mototaxistas entrevistados. 2021

Quadro 9. Abaetetuba e Cametá. Faixa etária dos peixeiros. 2021

Quadro 10. Abaetetuba e Cametá. Escolaridade dos peixeiros. 2021

Quadro 11. Abaetetuba e Cametá. Renda dos peixeiros. 2021

Quadro 12. Abaetetuba e Cametá. Jornada diária de trabalho dos peixeiros entrevistados. 2021

Quadro 13. Abaetetuba e Cametá. Direitos enquanto trabalhadores segundo os peixeiros entrevistados. 2021

Quadro 14. Abaetetuba e Cametá. Dados sobre os problemas enfrentados pelos mototaxistas. 2021

Quadro 15. Cametá. Bairros citados nas entrevistas com os mototaxistas e peixeiros. 2021.

Quadro 16. Cametá. Registros dos bairros mais citados pelos mototaxistas e peixeiros. 2021

Quadro 17. Abaetetuba. Registro dos Bairros mais citados pelos mototaxistas e peixeiros. 2021.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização dos municípios de Abaetetuba e Cametá na Região de Integração.

Figura 2. Cametá. Mototaxista. 2021

Figura 3. Cametá. Mototaxista. 2021

Figura 4. Abaetetuba. Ponto de Mototaxistas clandestinos. 2021.

Figura 5. Cametá. Peixeiros. 2021.

Figura 6. Abaetetuba Peixeiros. 2021.

Figura 7. Cametá. Vendedor e escamador de peixes. 2021.

Figura 8. Cametá. Ambiente de trabalho dos peixeiros. 2021

Figura 9. Abaetetuba. Ambiente de trabalho dos peixeiros. 2021

Figura 10. Cametá. Escamador de Peixes. 2021

Figura 11. Cametá. Utensílios de trabalho dos escamadores. 2021.

Figura 12. Cametá. Mercado de Peixes.2021

Figura 13. Cametá. Mercado de Peixes.2021

Figura 14. Cametá. Peixeiro. 2021.

Figura 15. Cametá. Feira do peixe vivo. 2021.

Figura 16. Abaetetuba. Mercado Municipal de Peixes. 2021.

Figura 17. Abaetetuba. Compartimento de venda de peixes. 2021

Figura 18. Cametá. Mototaxistas. 2021

Figura 19. Abaetetuba. Mototaxistas. 2021.

Figura 20. Cametá. Ponto de mototaxista. 2021.

Figura 21. Abaetetuba. Ponto de mototaxista. 2021.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problemática da Pesquisa.....	15
1.2 Justificativa da Pesquisa	16
2. TRABALHO, PRECARIIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	26
2.1 Discutindo a concepção de trabalho precário	27
2.2 Trabalho precário e produção do espaço urbano	34
3 CIDADES INTERMEDIÁRIAS AMAZÔNICAS E TRABALHO PRECÁRIO: CAMETÁ E ABAETETUBA	37
3.1 Cidades intermediárias e particularidades de cidades amazônicas	37
3.2 A cidade intermediária amazônica de Cametá.....	47
3.3 A cidade intermediária amazônica de Abaetetuba.....	51
4 ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS, PRECARIIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS	56
4.1 A precariedade na atividade de mototaxista	56
4.2 Precariedade nas atividades dos peixeiros	66
4.3 Implicações socioespaciais relativas aos espaços de trabalho	76
4.4 Implicações socioespaciais relativas aos espaços de moradia	83
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE	94

1. INTRODUÇÃO

A espacialização do trabalho precário, suas relações nas cidades amazônicas e a inserção precária desses trabalhadores no circuito econômico consistem no tema principal desta pesquisa. A Geografia tem papel importante na análise de relações sociais, pois elas se realizam enquanto relações espaciais, portanto, proceder com uma leitura geográfica do trabalho remete ao entendimento articulado das formas de expressão do trabalho e da sua dinâmica no espaço geográfico.

O trabalho precário é a expressão nítida das desigualdades sociais aprofundadas com a crise econômica da sociedade capitalista, considerando as altas taxas de desemprego, precarização social e flexibilização dos direitos trabalhistas. Nas cidades amazônicas, de modo geral, verifica-se outro aspecto de grande notoriedade na forma de organização social e nas relações de trabalho precário, trata-se da formação histórica das cidades, principalmente das ribeirinhas, remetendo a um processo de formação particular, considerando costumes, vivências e sociabilidades, e que se consolidaram diante de um contexto de exploração articulado ao exercício das mais variadas formas de trabalhos, em um contexto predominantemente precário.

Kalleberg (2009, p.21) entende por trabalho precário todo “trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo”. Para Oliveira (1999, p.4), o trabalho precário é tido como um elemento de resistência em resposta à economia globalizada e apresenta diferenças significativas quanto às suas representações. Entretanto, quando consideramos a realidade das cidades amazônicas, especificamente as cidades de formação tradicional como das cidades ribeirinhas, devemos ressaltar que o trabalho precário é extensão de uma vida simples historicamente precarizada.

Tendo isso em vista, considera-se, nesta pesquisa, o âmbito informal do trabalho e a situação de desacordo quanto às regulamentações estatais como aspectos definidores da condição precária do trabalho, envolvendo, assim, pequenos varejistas, ambulantes, prestadores de serviços autônomos, entre outros que, logo, não desfrutam das proteções sociais do setor formal (KALLEBERG, 2009). Vale ressaltar que no setor informal a instabilidade é gerada em condições precárias de trabalho, seja em termos do ambiente em que a atividade é desenvolvida, seja em termos de taxa de retorno, que, na maioria dos casos, não pode ser mantida a um nível apropriado de subsistência.

A reprodução da precarização do trabalho na Amazônia salienta, entre outros fatores, as particularidades das cidades ribeirinhas. Deve-se considerar que tais cidades se caracterizam

principalmente pela forte relação com as vias fluviais, sendo que a beira-rio é o principal ponto de interação entre terras e águas, por isso, a formação de trapiches e feiras nesses espaços é extremamente importante para a reprodução da sociedade e dos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (TRINDADE JR, 2002). Tal característica tem grande influência na reprodução do trabalho precário, tanto no setor formal quanto no setor informal, e são determinados principalmente pela movimentação de pessoas e mercadorias. Trata-se de uma questão estrutural, ou seja, uma realidade socioespacial presente em cidades pobres, de uma região rica, porém subalternizada, de um país periférico, que se ergue ainda hoje sob um viés colonial.

Portanto, nos espaços urbanos das cidades amazônicas intermediárias apresentam a incidência de trabalhos precários, já que a grande base econômica desses centros, em geral, é o comércio e não há muitas oportunidades de empregos assalariados, o que leva um contingente populacional, às vezes com qualificação profissional, a ocuparem postos de trabalhos mal remunerados, com jornadas longas, lucros incertos e condições indignas.

Consideram-se como cidades intermediárias aquelas que desenvolvem expressiva conexão com as cidades vizinhas e essa relação se dá principalmente pelo deslocamento da população em busca da oferta de serviços, bens, prestação de serviços e trabalho. Conforme Trindade Jr. (2011, p.136), esse posicionamento independe dos definidores da hierarquia de uma rede urbana, isso acontece quando não é levado em consideração os caracterizadores políticos e econômicos.

Abaetetuba e Cametá, *locus* dessa pesquisa, localizadas na região de integração do Tocantins, no Estado do Pará, conformam-se enquanto cidades intermediárias de grande relevância na oferta de comércio e serviços para uma ampla população, estendendo sua influência para além de seus limites municipais e abarcando também os municípios vizinhos. Ambos os municípios possuem destaque tanto em sua região de integração quanto no Estado do Pará, possuindo contingentes populacionais consideráveis para os padrões amazônicos e desempenhando suas cidades relevantes papéis regionais, ofertando serviços a uma ampla região, especialmente à população ribeirinha.

As cidades amazônicas intermediárias de Cametá e Abaetetuba podem ser definidas, com base em Becker (1990) como cidades de *urbanização tradicional*, isso se deve ao seu padrão tradicional, localizadas à beira-rio, com uma dinâmica sem transformações radicais ou muito expressivas em sua configuração espacial, já que não se trata de uma urbanização de grandes projetos e frentes econômicas.

Para Padinha (2010), a cidade de Cametá desempenha papel polarizador em escala micro-regional, em relação a algumas cidades de seu entorno, a saber: Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará. Além de fazer parte da rede polarizadora de Belém. Apesar das alterações que o espaço urbano amazônico sofreu pós década de 1960 do século XX, com a política de desenvolvimentista gerida pelo Estado Brasileiro, algumas cidades não perderam suas características, estando estas associadas diretamente à dinâmica regional.

O modelo de “urbanização tradicional” vivenciada por Cametá possibilitou a esta, características sócio-espaciais típicas de uma Amazônia que muda lentamente. A cidade é marcada por particularidades que se explicam quando a entendemos enquanto parte integrante de uma rede urbana regional e microrregional formada desde o período colonial (PADINHA, 2010, p.85).

Ainda que estas cidades estejam articuladas aos novos processos de expansão capitalistas e grandes projetos, à exemplo a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que tem forte influência sobre Cametá, e a implantação da Albrás-ALUNORTE, com influência em Abaetetuba, também estão presentes em sua dinâmica, paisagem e interações sociais, locais e extra locais, expressões de processos que antecedem os atuais.

Suas áreas centrais ilustram a particular paisagem das cidades ribeirinhas, pois sua dinâmica é orientada pelo Rio Tocantins, próximo ao qual estão localizadas áreas comerciais, portos, trapiches, igrejas principais, praças, restaurantes, espaços de (con)vivência e de (sobre)vivência de diferentes agentes (SILVA; MALHEIRO, 2005).

A cidade de Abaetetuba, enquanto cidade ribeirinha amazônica, tem sua relevância associada às suas particularidades, principalmente quando se consideram os traços ribeirinhos, ou seja, as características do espaço urbano sendo fortemente marcadas pelo seu processo histórico de formação. A feira livre da referida cidade, localizada próxima aos portos principais, é característica de cidades ribeirinhas tradicionais, um dos espaços da cidade que se sobressai na representação das particularidades e, assim, das relações de trabalho. A influência regional de Abaetetuba se evidencia também pelo seu padrão rodoviário, pois, é através dele que se possibilita a oferta de serviços aos municípios vizinhos como Igarapé-Miri e Moju.

Em se tratando da cidade de Cametá, a feira-livre se destaca também como um ponto de encontro importante que expressa sua particularidade de cidade ribeirinha, é nela que se identifica não somente o fluxo de pessoas e mercadorias, mas também sua relevância enquanto cidade de centralidade regional. O grande número de indivíduos que a frequentam diariamente em busca de produtos e/ou serviços alimentam a renda de uma boa parcela de população que ali atua e tem tais atividades como principal fonte de renda. A cidade de Cametá desempenha

um importante papel regional, pois oferta aos municípios vizinhos serviços básicos como bancários, de saúde, comércio, dentre outros.

A precariedade do trabalho nas cidades de Cametá e Abaetetuba se espacializa principalmente na feira livre, pois ambas as cidades desenvolvem relação direta com o rio, sendo este marcado pela diversidade de agentes e atividades que o dinamizam e pela importância que assume na vida econômica e sociocultural das cidades. Simbolicamente, a feira livre é considerada o grande centro comercial destas cidades, estando sempre situada na orla fluvial, nos entornos dos portos principais, ou na ligação de vários desses. Com isso, nesses espaços, a precariedade se reproduz nas prestações de serviços urbanos de transporte, como moto-taxis, e no comércio, como os vendedores e escamadores de peixes, os quais serão tratados mais especificamente neste trabalho.

As atividades de moto-taxis e vendedores de peixe são marcadas pela precariedade do trabalho e se fazem amplamente presentes no espaço urbano das cidades ribeirinhas, as mesmas ajudam a construir a particularidade dessas cidades, tendo como base a exploração do trabalho, pois se veiculam em condições extremamente precárias. Essas formas de trabalho citadas se desenvolvem em situações que insinuam risco para o trabalhador e que tão pouco representam retorno lucrativo, demonstrando, dessa forma, uma incidente disparidade entre o desgaste físico e o retorno financeiro.

1.1 Problemática da Pesquisa

Diante do exposto, a problemática deste trabalho enfoca a precariedade existente nas relações de trabalho, encontradas nos espaços urbanos e oriunda das formações socioespaciais e suas particularidades, em cidades amazônicas intermediárias, especificamente, em Cametá e Abaetetuba, na Amazônia Paraense.

Dessa forma, desencadeamos as seguintes questões norteadoras: como se processam as dinâmicas de precariedade do trabalho em atividades de prestação de serviços urbanos nas cidades de Cametá e Abaetetuba, na Região de Integração do Tocantins, na Amazônia Paraense, e quais suas implicações socioespaciais? Como se caracterizam em termos socioespaciais as cidades de Cametá e Abaetetuba e como isso influencia na incidência do trabalho precário? Quais os aspectos de precariedade presentes em atividades expressivas do setor de comércio e serviços, mais precisamente vendedores de peixes e mototáxis, nas cidades de Abaetetuba e Cametá? Quais as implicações socioespaciais dessas dinâmicas de precariedade na prestação de serviços urbanos nas cidades estudadas?

De maneira geral, esta pesquisa objetiva analisar a precariedade nas relações de trabalho em atividades de prestação de serviços urbanos nas cidades de Cametá e Abaetetuba, na Região de Integração do Tocantins, na Amazônia Paraense, e suas implicações socioespaciais.

Para tanto, pretendeu-se, especificamente: identificar as principais características socioespaciais das cidades de Cametá e Abaetetuba e a forma como elas influenciam na incidência do trabalho precário; analisar os aspectos de precariedade presentes nas atividades expressivas do setor de comércio e serviços aqui examinadas (prestação de serviço de moto-taxi e comércio de peixes) nas cidades de Abaetetuba e Cametá; entender as implicações socioespaciais da precariedade do trabalho na prestação de serviços em Abaetetuba e Cametá.

1.2 Justificativa da Pesquisa

O desenvolvimento dessa pesquisa contextualiza-se, primeiramente, por uma questão de ligação pessoal com os espaços pesquisados. O contexto das Cidades Ribeirinhas desperta interesse partindo da consideração de que faz parte das minhas vivências, do cotidiano e principalmente da minha formação social e cultural. Sendo assim, instigar debates sobre as problemáticas que estão espacializadas na realidade dessas cidades é dar ênfase à condição de estar inserida nesse cenário de intensas relações e de notórias e importantes particularidades amazônicas.

Para além dos vínculos afetivos com a problemática e com o *locus* da pesquisa, a sua realização encontra justificativa em vários fatores:

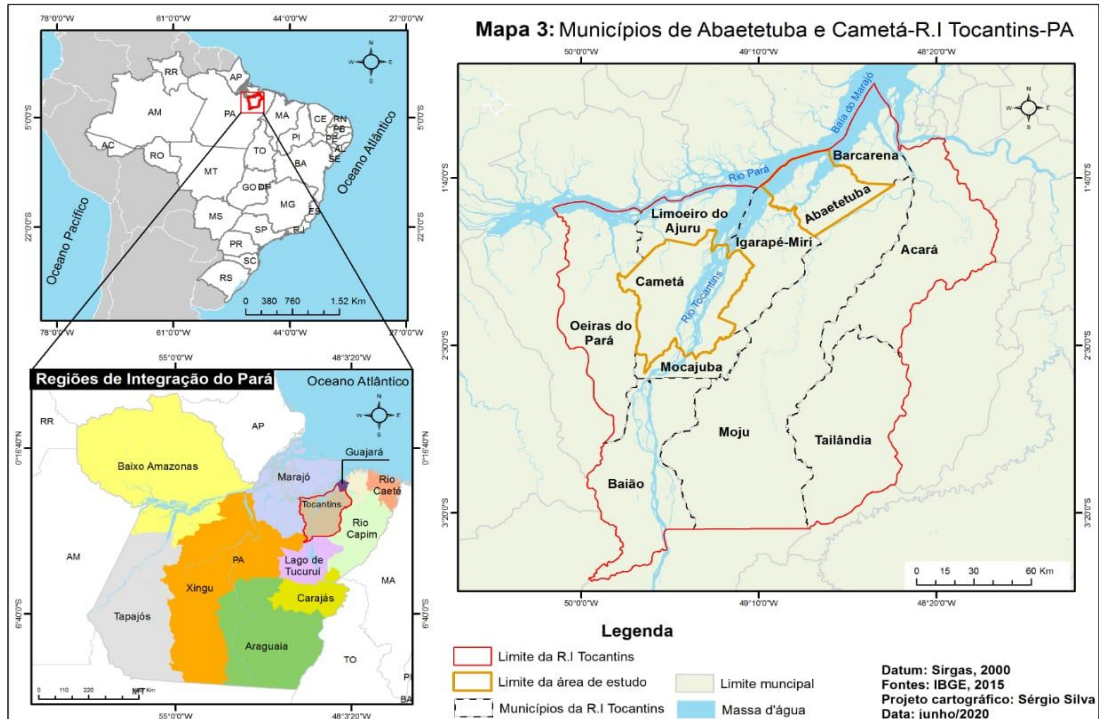
- a) Em se tratando de estudos geográficos sobre a temática do trabalho, ainda existe uma lacuna deixada pela escassez de pesquisas mais aprofundadas. Portanto, com essa investigação temos a possibilidade de contribuir com a temática no âmbito da geografia, buscando para isso levantar perspectivas a partir das particularidades que resistem no espaço urbano das Cidades Amazônicas.
- b) Abaetetuba e Cametá, inseridas no contexto de cidades ribeirinhas da Amazônia, tem sua relevância quando emergem com as suas particularidades, principalmente quando se consideram as relações de trabalho no seu espaço urbano, que caracteriza o fruto de processos de formação tradicional ribeirinho e a influência de processos recentes capitalistas, e assim remetendo à produção do espaço que se estabelece a partir das mais diversas formas de trabalho especializado.
- c) Ressalta-se também a existência de uma grande insuficiência em relação aos estudos científicos sobre a Amazônia, principalmente em relação às cidades que não estão no foco de grandes projetos e interesses econômicos de grande vulto, como são os casos de Cametá

- e Abaetetuba, realidades mais associadas a modos de vida tradicionais da região, com baixo dinamismo econômico, porém com inestimável importância social, já que abrigam grandes contingentes populacionais, bem como grande riqueza cultural, natural e espacial.
- d) Na Amazônia, quando se consideram as realidades urbanas para além das metrópoles regionais, Belém e Manaus, as análises científicas se tornam extremamente rarefeitas. Quando realidades não urbanas são consideradas, geralmente o são por sua importância enquanto recurso natural, o que se demonstra claramente problemático tendo em vista a riqueza social presente nos espaços para além das metrópoles. Isso merece ainda maior ênfase nos casos de Abaetetuba e Cametá, cidades intermediárias de grande relevância na oferta de comércio e serviços para uma ampla população.
- e) O trabalho, especialmente em sua adjetivação de precário, precisa ser mais profundamente discutido, entre outras razões, por suas fortes repercussões sociais. Mesmo não sendo uma realidade nova, o trabalho precário tem assumido renovada importância na atualidade, pois as forças sociais, econômicas e políticas têm operado no sentido de sua potencialização em diversas partes do mundo. Pretende-se com essa pesquisa promover reflexões sobre velhas e novas práticas de informalidade no trabalho, analisando a precariedade no âmbito das relações de trabalho desiguais e excludentes, que muitas vezes marcam a região amazônica. Logo, será necessário buscar apreender as formas de sociabilidade que estão na base da constituição desses segmentos de trabalhadores, tendo-se em conta os novos padrões de relações que vêm compondo o mundo do trabalho.
- f) Toda discussão que verse sobre a sociedade, ponderando o reconhecimento das problemáticas inerentes e de seus aspectos precarizados, é de grande contribuição para as análises socioespaciais. Partindo desse pressuposto, esta proposta de pesquisa se justifica também na consideração de que as formas de trabalho que se reproduzem nos espaços urbanos das cidades ribeirinhas amazônicas, devido às condições precárias, incidem sobre a representatividade do resultado de um processo de formação histórico e socioespacial e, dessa forma, torna-se de grande relevância a investigação de tal contextualização.
- g) O fato de presenciarmos nas cidades amazônicas a incidência significativa de trabalhadores imersos em trabalhos de condições extremamente precárias, concernente à prática em si e ao seu retorno financeiro, revela a indispensabilidade das investigações de cunho socioespacial enquanto passo para a compreensão dessas realidades precarizadas e, por conseguinte, para geração de condições direcionadas à sua superação.

1.3 Procedimentos metodológicos e caracterização da pesquisa

Considerando a problemática apresentada e as justificativas para a investigação, o objeto da pesquisa se estabelece em torno da inserção da precariedade nas relações de trabalho, tendo como lócus os espaços urbanos de Abaetetuba e Cametá, na Região de Integração do Tocantins, no estado do Pará, localizada conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1. Localização dos municípios de Abaetetuba e Cametá na Região de Integração.



Fonte: Silva (2020).

O município de Abaetetuba, de acordo com IBGE (2021), possuía, em 2010, período do último censo demográfico brasileiro, 141.100 habitantes, distribuídos numa área de 1.610,651 km², constituindo, desse modo, uma densidade demográfica de 87,61 hab./km². Por sua vez, o município de Cametá possuía 120.896 habitantes, em 2010, 3.081,367 km² de área e densidade demográfica de 39,23 hab./km² (IBGE, 2021).

Considerando seus objetivos, problemática e questões norteadoras, a presente pesquisa possui cunho qualitativo, estabelecendo um vínculo intrínseco entre o processo de formação e as realidades sociais, ou seja, ações que insurgem pelos objetos através de relações e significados (CHIZZOTTI, 2006). Deve-se ressaltar também que as pesquisas qualitativas não descartam dados quantitativos, sendo estes de notória importância nas análises, principalmente em se tratando do espaço.

Sobre a classificação e a comparação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, Prodanov; Freitas (2013, p.71) ressaltam que “esses tipos de pesquisa, de acordo com as diversas classificações, são abertos e podem ser usados de forma concomitante, isto é, uma mesma pesquisa pode adotar característica de mais de um tipo, no entanto, um deles será predominante”. Seguindo a mesma concepção, Lakatos e Marconi (2020) afirmam que essas duas formas de fazer pesquisa não são excludentes e sim complementares.

Dessa forma, se pretendeu discutir a precariedade nas relações de trabalho em cidades ribeirinhas, apresentando argumentações e elementos de análise, principalmente empíricos, sobre os processos que conduzem à precariedade, salientando uma abordagem necessariamente mais ampla a respeito do entendimento das particularidades em debate. Pois, segundo Chizzotti (2006), em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória.

Considerando que na pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70), discorre-se sobre a realidade através dos fatores subjetivos que são considerados primordiais na leitura da produção do espaço. Dessa forma, portanto, se buscou desenvolver a interpretação da precariedade do trabalho através da abordagem dos processos e seus significados. Portanto, buscou-se ter relação direta com o ambiente de pesquisa, utilizando esta como principal fonte de dados.

Praticou-se, neste sentido, pesquisa de campo, que, para Suertegaray (2002), permite dialeticamente analisar a realidade tendo o campo como uma extensão do sujeito, ou seja, é resultante da interação entre o sujeito e o objeto. Sendo assim, a produção e o registro de dados, acontece principalmente pelo engajamento e aproximação com o problema e o objeto investigado, contribuindo assim para uma análise concisa e eficaz da realidade.

Para Prodanov; Freitas (2013), o trabalho de campo propõe reflexão crítica e vinculação e teoria, simultaneamente, apontando para a realidade da pesquisa, ou seja, a pesquisa de campo vai além da limitação da descrição tendo grande contribuição na pesquisa. Segundo Suertegaray (2002, p.2), “a pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação”.

Conforme Lakatos; Marconi (2020, p.32), na pesquisa de campo, “o objeto é abordado em seu ambiente e a coleta de informações é realizada nas condições naturais em que o fenômeno ocorre”. Diante do exposto, buscou-se, por meio da pesquisa de campo, compreender

criticamente a precariedade do trabalho nas cidades amazônicas intermediárias através da experiência direta com o espaço pesquisado, salientando assim a construção do conhecimento baseado na interação direta com os objetos de investigação.

Com a finalidade de fornecer respostas às questões que compõem a problemática bem como alcançar os objetivos traçados, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram organizados em duas fases, sendo cada uma delas marcadas por subdivisões internas.

A primeira fase, voltada à fundamentação teórica e à abordagem exploratória da área de estudo, foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos:

- **Aprofundamento nos principais conceitos e nas discussões teóricas mais relevantes à problemática da pesquisa.**

Entre esses conceitos estão: **trabalho precário**: trata-se do levantamento dos principais tratamentos teóricos a esse respeito, mas também que se aproximam deste, como por exemplo, a discussão em torno do trabalho informal. Levantamentos a respeito do trabalho e da problemática da precariedade nas sociedades contemporâneas também farão parte da análise; **espaço urbano**: a produção do espaço urbano e sua relação com a formação socioespacial serão fundamentais à análise, especialmente quando aplicados à realidade amazônica, buscando expor suas particularidades; **cidades intermediárias**: adentrando ainda mais nas particularidades amazônicas, buscando compreender teoricamente a fundamentação a respeito da caracterização de cidades amazônicas que exercem relevante expressão de centralidade regional e ainda buscando a diferenciação com o conceito de cidade média.

A pesquisa bibliográfica, enquanto procedimento de pesquisa, remete ao embasamento através de trabalhos já publicados nos formatos de artigo, monografia, dissertação, tese, dentre outras produções científicas, tendo em vista o contato com os principais debates e discussões teóricas levantadas de acordo com a delimitação do assunto pesquisado (LAKATOS; MARCONI, 2020). Neste procedimento, realizou-se o fichamento crítico e analítico das abordagens teóricas, de geógrafos e não geógrafos, referentes aos conceitos fundamentais da pesquisa, como trabalho, precariedade no trabalho, cidades amazônicas intermediárias e suas particularidades, serviços urbanos e produção do espaço urbano.

O referido procedimento requereu alguns cuidados especiais considerados de grande relevância como, por exemplo, criteriosa escolha do material, devendo este se deter apenas aquelas que compartilham aptidão com o assunto em questão (SEVERINO, 2002); e verificação

da autenticidade dos recursos acessados, atentando-se para a veracidade dos dados e fazendo a comparação de possíveis contradições ou incoerências (PRODANOV; FREITAS, 2013).

▪ **Levantamento documental.**

Estabelecido em dois segmentos distintos. Um primeiro voltado à compreensão e periodização do processo de formação da região de integração do Tocantins e da sua rede urbana, bem como para a formação dos municípios de Abaetetuba e Cametá. Um segundo segmento do levantamento documental se volta aos dados econômicos, populacionais, sociais e de trabalho, emprego e rendimento em Abaetetuba e Cametá.

Também foram levantados dados relativos à relevância regional das duas cidades, quando, para tanto, foram utilizados documentos como: estudo Regiões de Influência das Cidades 2007 (IBGE, 2008); estudo Regiões de Influência das Cidades 2018 (IBGE, 2020); estudo Divisão Urbano Regional (IBGE, 2013); Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017 (IBGE, 2017); dados oriundos de documentos oficiais fornecidos pelo Ministério do trabalho. Também foram levantados dados relativos aos serviços urbanos e atividades, a partir dos quais se realizará a análise da precariedade no trabalho.

A produção desses dados e o acesso ao referencial teórico foram efetivados por meio do uso de diversos documentos disponibilizados na internet, bem como mediante visitas a órgãos e instituições tais como: Secretaria Municipal de Agricultura de Cametá-SEMADRE, Secretaria Municipal de Agricultura de Abaetetuba, e biblioteca da Universidade do Estado do Pará.

Portanto, na pesquisa documental, realizou-se a análise de documentos, que são considerados como fontes primárias e que podem ser acometidos no presente e no passado em que se ocorre o fenômeno (MARCONI E LAKATOS, 2010). De acordo com Prodanov; Freitas (2013, p. 55), a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica principalmente no fato de que “a pesquisa documental se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Lakatos e Marconi (2020) ressaltam também que esses documentos advêm da coleta de dados pelos próprios órgãos designados pelas observações e que a análise e interpretação dos materiais acontecem de acordo com o pesquisador.

- **Trabalhos exploratórios de campo.**

Voltados à produção de dados por meio da observação dirigida, à realização de levantamentos fotográficos, à localização de objetos a serem mapeados e ao contato com os agentes e atores envolvidos na problemática desse trabalho e assim, sistematização de informações. Os levantamentos foram direcionados ao espaço urbano das cidades de Abaetetuba e Cametá. Para a ciência geográfica, o trabalho de campo é fundamental para a realização de pesquisas, pois propicia relacionar as informações com os agentes sociais, e assim também, com a prática de campo, e dessa forma garantir melhor aproveitamento do que for discutido e abstraído. Sendo assim, compreende-se a pesquisa de campo como em Kaiser (2006, p. 94), ao considerar que “o levantamento social deve ser necessariamente global e globalizante, ainda que aplicado a uma fração, espacializada, ou de forma determinada, da formação social”.

A segunda fase do desenvolvimento metodológico, dedicada mais detidamente à produção de dados através do campo, foi desenvolvida mediante as ações que se seguem:

- **Entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público municipal de Abaetetuba e Cametá.**

Com vistas à identificação das ações e das percepções desses agentes a respeito das atividades urbanas de prestação de serviços envolvidas na pesquisa. Assim, foram realizadas visitas e diálogos com os secretários de Agricultura de Cametá e Abaetetuba, além de entrevistas não estruturadas com os representantes do Departamento de Administração de Mercados Municipais de Abaetetuba e Chefe da Divisão de Mercados e Feiras em Cametá.

O levantamento de dados com representantes das administrações municipais adotou os seguintes procedimentos: iniciando com contato telefônico, seguido de envio de ofício, agendamento, assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e efetivação da entrevista.

- **Entrevistas semiestruturadas com trabalhadores envolvidos nas atividades objetos da pesquisa.**

Nas cidades - atividades de transporte (moto-táxi), de serviços associados à dinâmica comercial (vendedor e escamador de peixes). A entrevista semiestruturada, de acordo com May (2004, p. 149), se propõe “ao caráter aberto”, na qual o entrevistado responde às interrogações dentro de seu entendimento, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente.

As entrevistas com os trabalhadores não contaram com agendamento prévio, e no caso dos mototaxistas previu assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os peixeiros optaram por não assinar o referido termo de consentimento considerando a rotina corrida e a necessidade do constante contato com o pescado, nesse caso, optou-se por realizar as entrevistas da forma mais confortável possível para não atrapalhar o trabalho dos entrevistados. Os questionamentos foram feitos por meio da leitura das questões constantes no roteiro e, quando necessário, seguido de maior detalhamento pelo entrevistador. Todo o procedimento foi acompanhado de gravação de áudio e em seguida transcrito para facilitar a análise.

No geral, foram realizadas 40 (quarenta) entrevistas, sendo que na cidade de Cameté tivemos 10 (dez) entrevistas com os mototaxistas e 10 (dez) entrevistas com os peixeiros e na cidade de Abaetetuba foram aplicados 10 (dez) questionários com os mototaxistas e 10 (dez) questionários com os peixeiros. Os entrevistados foram abordados em seus espaços de trabalho onde através de uma prévia conversa alinhou-se a disponibilidade quanto a contribuição com as respostas, sempre considerando o tempo e o trabalho do entrevistado.

Levando em consideração que o método de abordagem vincula a pesquisa a uma corrente filosófica, afim de explicar como se processa a construção do conhecimento através da realidade, optou-se, em relação ao método de interpretação e forma de análise dos dados e métodos da pesquisa, por uma abordagem dialética, demonstrando os contrastes inerente ao problema, os conflitos sociais (SPOSITO, 2004), presentes na realidade das duas cidades em estudo.

Na dialética proposta por Hegel, as contradições transcendem-se, dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. Empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34).

Considera-se que a precariedade do trabalho nos espaços urbanos de cidades amazônicas é resultado de diversos e complexos processos. E para a aplicação da abordagem dialética se leva em conta a colocação de Lakatos e Marconi (1985) que, ao distinguem a lei da dialética retrata a “Ação Recíproca” dando visibilidade a uma visão de mundo, ressaltando que o mesmo não pode ser entendido como um conjunto de “coisas”, mas sim como um conjunto de processos, em que as coisas estão em constante mudança, sempre em vias de se transformar: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS; MARCONI, 1985, p.

98). Ou seja, as incidências e os fatos permanecem como um todo, ligados e interagentes entre si, existindo ainda a correlação de dependentes uns dos outros.

Nesse contexto, através do método dialético é possível adentrar o fenômeno, compreendendo as relações recíprocas, as distinções e suas alterações sociais e naturais. Parte-se do pressuposto, sucintamente exposto por Prodanov e Freitas, de que “na natureza tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno” (2013, p.35). Sendo assim, os objetos foram elencados e estudados através das suas características norteadoras, dos pontos de conexão e relação e considerando as constantes mudanças do mundo e o reflexo dessas alterações nas relações de trabalho e precariedade. Pois:

Nesse tipo de método [dialético], para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34).

Como se pode observa pela descrição dos procedimentos, a pesquisa possui uma natureza tanto quantitativa quanto qualitativa, utilizando-se de dados secundários e também de entrevistas com agentes e atores dos dois municípios. A forma de análise dos dados qualitativos ocorreu principalmente com base na análise de conteúdo, definida por Severino (2007, p. 121), como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que buscou compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações.

Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. As mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais (SEVERINO, 2007, p. 121).

Lakatos e Marconi (2020) elencam as principais características da análise de conteúdo como a importância definição do conteúdo, a mensagem de conversação do conteúdo com a pesquisa e a análise baseada na categoria temática. Logo, o objetivo da análise de conteúdo é a utilização de mensagens a fim de evidenciar identificadores que permitem inferir na realidade, não se limitando apenas na representação sistemática da mensagem.

Quanto à estrutura da dissertação, a pesquisa está estruturada em 4 capítulos que estão dispostos da seguinte forma: primeiramente o presente capítulo o qual apresentamos a INTRODUÇÃO, e seus elementos introdutórios que esboçam os objetivos, problemáticas, temática, justificativas, metodologias e outros; O segundo capítulo intitulado “TRABALHO, PRECARIIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS”

que trata da abordagem teórica referente aos principais conceitos utilizados para fundamentar a referida pesquisa; O terceiro capítulo denominado “CIDADES INTERMEDIÁRIAS AMAZÔNICAS E TRABALHO PRECÁRIO: CAMETÁ E ABAETETUBA” apresenta as discussões teóricas e conceituais que possibilitam a análise das cidades intermediárias; e o quarto e último capítulo, que tem como título “ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS, PRECARIIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS”, objetiva apresentar os resultados das entrevistas e pesquisas de campo, bem como as análises dos dados.

2. TRABALHO, PRECARIIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Conforme evidenciado nos procedimentos metodológicos, a respeito do aprofundamento nos principais conceitos e nas discussões teóricas mais relevantes à problemática da pesquisa, o trabalho precário é parte integrante do referencial teórico utilizado como fundamentação da pesquisa. Parte-se do pressuposto de que entender o contexto no qual o sujeito está inserido é primordial para se compreender o enredo da discussão.

Antes de adentrar o conceito de trabalho precário, é de suma importância entender a diferença entre precarização e precariedade, pois as mesmas não podem ser consideradas sinônimas. A precariedade no trabalho pode ser definida como “uma atividade com fins econômicos exercida em condições que colocam aqueles que a realizam em risco, vulnerabilidade ou degradação”, segundo Vargas (2016, p.313), caracterizada através da não garantia dos “direitos sociais e trabalhistas”. Já a precarização é considerada por Druck (2010, p.231) enquanto “processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade”. Segundo Standing (2013, p.36), em se tratando de processos, a precarização do trabalho é a “maneira pela qual as pessoas são precarizadas”.

Sendo assim, a precariedade no trabalho advém de um processo de precarização consideravelmente marcado pela submissão e vulnerabilidade a várias situações de riscos (STANDING, 2013). Tal contexto remete diretamente ao trabalho precário e suas principais características, tais como:

Desregulamentação e perdas do direito trabalhistas e sociais, trabalhos temporários em tempo parcial e trabalho informal, terceirização e quarteirização, intensificação do trabalho, aumento de jornada de trabalho com acúmulo de funções, com grande exposição de fatores de risco para a saúde, rebaixamento dos níveis salariais, aumento de instabilidade de emprego (PADILHA, 2009, p. 550).

Dando prosseguimento, Lazzareschi (2015) menciona a respeito da desregulamentação do trabalho que, quando o mesmo não é devidamente regulamentado, afeta ainda mais os trabalhadores por não ter nenhuma segurança jurídica e não prover as garantias básicas do trabalho legalmente regularizado. Standing (2013) acrescenta que o trabalho precário é caracterizado também pelos baixos salários, sendo que a figura do precariado é formada por aqueles que se encontram em formas de trabalho precário como as anteriormente mencionadas, não possuindo segurança e nem garantia no trabalho e no emprego.

Em se tratando de exemplos de garantia e segurança que o precariado precisa, pode-se elencar “a segurança de renda que garanta uma renda adequada e estável” e “a segurança no trabalho” que possa proteger o trabalhador contra acidentes ou doenças que surjam em razão do trabalho, estabelecendo, por exemplo, “limites de tempo no trabalho” (STANDING, 2013, p.28).

Sá (2010, p.2) aponta que há dificuldades de se encontrar uma definição que seja comum aos autores no que tange ao trabalho precário, relacionando-o, assim, a quatro características: “insegurança no emprego; perda de regalias sociais; salários baixos; e descontinuidade nos tempos de trabalho”. No entanto, apesar dos autores deliberarem o trabalho precário de formas díspares, percebe-se que todos parecem ser unânimes em interpretá-lo como aquele em que não há garantias, que explora o trabalhador e que gera insegurança em vários sentidos.

Todavia, devemos ressaltar que em relação aos sujeitos desta pesquisa, no caso mototaxistas e peixeiros, tais características não conseguem abarcar as especificidades dos sujeitos, pois trata-se de trabalhadores autônomos (ocupação), que não possuem regalia sociais e direitos trabalhistas, para além dos direitos sociais não reconhecidos ou negados, trata-se em verdade de falar em dignidade da pessoa humana, em garantir o básico para sua sobrevivência.

2.1 Discutindo a concepção de trabalho precário

Conforme ressalta Alves (2000), a busca pela sobrevivência desenvolveu a espécie humana, aprimorando as práticas e técnicas que garantiam sua subsistência. Inicialmente, o trabalho era praticado apenas por conta da necessidade primária de sobrevivência do ser humano. Para o autor, foi a partir daí, da necessidade de sobrevivência, que se originou aquilo que chamamos hoje de “trabalho”.

O trabalho, de acordo com seus aspectos fundamentais, pode ser considerado como condição de existência humana. Dessa forma, podemos fundamentar o trabalho em três aspectos principais: como um formador de utilidades segundo as habilidades físicas, como um meio de suprir as necessidades humanas e também como um intermediador e/ou regulador das trocas mútuas entre o homem e a natureza.

Somente o trabalho tem na sua Natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social [...]. Todas as determinações que [...] estão presentes na essência do que é novo no ser social, estão contidas *in nuce* no trabalho.

O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social (LUKÁCS, 1980 *apud* ANTUNES, 2009, p. 136).

Conforme salienta Antunes (2009) a respeito da natureza ontológica do trabalho disposta por Luckács, o trabalho é o meio pelo qual o homem se utiliza para garantir sua sobrevivência através do suprimento das suas necessidades e assim se reconhecer como sujeito da sociedade. Ressalta que o trabalho é a condição básica da vida humana e da constituição ontológica, ou seja, em sua dimensão ampla e fundamental, do ser social.

De acordo com Campos e Saraiva (2014), o trabalho em si constitui uma reprodução histórica e social, e que foi adquirindo novas transformações e significados, mas que se manteve orientado para a vida no plano individual e social. Os autores entendem que trabalhar vai muito além da competência de entrega e produção de determinado bem, de forma que os sentimentos e representações que os sujeitos empregam no seu cotidiano de trabalho, em conjunto com o produto final, acarretam em uma dupla produção: o produto como fruto do esforço e empenho do trabalhador e a própria construção do sujeito.

Ao longo dos anos o trabalho perpassou por grandes e significativas mudanças e, apesar destas terem sido impulsionadas por diversos fatores, o capitalismo é tido como a influência mais direta, pois, limitou as condições sociais levando o homem ao posto de submissão, já que as relações entre o homem e a natureza passaram a ser regidas pelos meios de produção. No âmbito de tal dominação, surgem as longas jornadas de trabalho e condições ruins para a realização das atividades de trabalho. Para Castel (2001), é possível apreender que o trabalho, assim como sua constituição, sofreu mudanças que ocasionaram a flexibilização do trabalho, que conseqüentemente resultou em danos à sociedade, como por exemplo, o trabalho precário, o qual faz parte do contexto desta pesquisa.

E, por seguinte, como reflexo dos efeitos colaterais do capitalismo no mundo do trabalho, situa-se também o desemprego e o trabalho precário. Ambos passam a ser uma realidade preocupante na sociedade moderna. Segundo Castel (2001, p. 516), “começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização”. Para o autor, a precarização e o desemprego são conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, derivada das reestruturações industriais, pela competitividade e pela flexibilização, ou seja, conseqüência da lógica capitalista. Mas, considerando as particularidades das cidades ribeirinhas amazônicas, a precarização e o desemprego não estão propriamente ligados a novos modos de estruturação do emprego, bem como não são frutos da reestruturação industrial, pois, trata-se de cidades de formação

tradicional, com baixo dinamismo econômico e que se desenvolveram a partir de contextos históricos de exploração.

Em se tratando de desemprego, cabe destacar as considerações feitas por Antunes referentes ao direito ao trabalho:

O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado, e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras [...] que vivem no chamado terceiro mundo, desprovidos completamente de instrumentos verdadeiros de seguridade social, significa uma defetivação, desrealização e brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009, p. 176).

A carência de emprego remete diretamente ao trabalho informal. De acordo com Pochmann (2012), o trabalho informal se concretizou nas margens do trabalho assalariado, levando em consideração que a informalidade é tida como uma forma de passagem. Nesta perspectiva, o autor caracteriza as atividades desenvolvidas pelo trabalhador informal:

Para que o segmento sobranete dos trabalhadores não se convertesse em desemprego aberto, houve significativa presença dos postos de trabalho informais, inclusive como uma forma original de ‘passagem’ para o emprego formal. As atividades informais ocupam trabalhadores que recebem remunerações geralmente inferiores àquelas dos postos de trabalho formal. Além da ocupação, a informalidade permitiu atender à demanda de serviços atinentes aos segmentos sociais de alta renda, bem como ofertar bens aos trabalhadores precariamente empregados numa economia de baixos salários, quando não para integrar parte das cadeias produtivas existentes no país (POCHMANN, 2012, p. 23).

Sendo assim, nota-se a representação de um trabalho desprovido dos direitos e de condições devidamente adequadas, logo, um manifesto explícito de boa parte dos trabalhos precários expressos no cotidiano.

O trabalho precário, no enalce do capitalismo e das suas transformações, se evidencia no cenário de transição de velhos e novas formas de trabalho, remetendo ao que Druck (2011, p.42) chama de dinâmica da precarização social do trabalho. Nessa perspectiva, o capitalismo emana uma vulnerabilidade social, tomada por um processo que modifica os aspectos da sociedade salarial.

Alves (2007, p.149) afirma que a precariedade no mundo do trabalho é a expressão nítida das desigualdades sociais trazidas à tona com a crise econômica da sociedade capitalista, considerando as altas taxas de desemprego, precarização sociais e flexibilização dos direitos trabalhistas. Conforme Kalleberg (2009, p.24), “o trabalho precário produziu insegurança

econômica e volatilidade econômica para indivíduos e lares. Contribuiu para a crescente desigualdade econômica e reforçou os sistemas distributivos altamente desiguais e injustos tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil”.

Ainda a respeito do capitalismo e do trabalho precário, o referido autor ressalta que o capital exerce determinada força que atenua a precariedade, pois, “a força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo, afinal, ter qualquer emprego é melhor do que ter nenhum” (DRUCK, 2011, p.43).

Kalleberg entende por trabalho precário todo “trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo” (2009, p.21). O autor atribui algumas características ao trabalho precário, que, segundo ele, diferem em cada país dependem do estágio de desenvolvimento desses países, além das instituições sociais existentes e da própria cultura.

Desta forma, segundo Kalleberg (2009), a precariedade pode ser medida de acordo com algumas características, tais como insegurança do mercado de trabalho, ou falta de oportunidades de emprego; insegurança do trabalho, ou insegurança quanto à perda de emprego ou despedida arbitrária; insegurança de emprego ou falta de habilidade de continuar em uma ocupação particular devido à ausência de delimitações de ofício e qualificações de trabalho; insegurança de segurança e saúde, que concerne às condições precárias de segurança ocupacional e saúde; insegurança de reprodução de experiência, ou seja, falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional; insegurança de renda ou nível inadequado de renda e insegurança de representação, que concerne à falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar. Desta forma, tais características são atribuídas ao trabalho precário.

Quanto às diferentes representações sobre o trabalho precário, podem-se considerar que estas advêm da incidente precariedade tanto no âmbito formal do trabalho quanto no informal. No setor formal, pode-se considerar como características definidoras de trabalho precário as desigualdades salariais, as desigualdades referentes às condições de trabalho e de segurança e aos acordos trabalhistas que não seguem as normalizações devidas. Já no setor informal, encontram-se as atividades que se desenvolvem fora das regulamentações estatais, como pequenos varejistas, ambulantes, prestadores de serviços autônomos, entre outros que, logo, não desfrutam das proteções sociais do setor formal. (KALLEBERG, 2009).

A discussão a respeito do trabalho precário não é nova e possui notória importância em termos de questão social. Conforme já citado, o trabalho passou por diversas transformações, tanto no que diz respeito a sua relação com o trabalhador, quanto com a sociedade. De acordo com Castel (2001), essa mutação resultou em uma nova questão social, que atualmente está ligada ao enfraquecimento da condição salarial. O autor ressalta ainda que tal situação deve ser não apenas avaliada, mas também extinguida.

De acordo com Antunes (2006), nos últimos anos, incidiram diversas mudanças no processo produtivo, por conta do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, no qual se destaca para o capital o “toyotismo”. Ainda segundo Antunes (2006), tais mudanças são decorrentes da concorrência intercapitalista e da própria necessidade de controlar o mundo do trabalho. De um lado, essas mudanças trouxeram inúmeras tecnologias e aumento da capacidade produtiva, mas, de outro lado, proporcionaram a flexibilização, que deu origem a inúmeros problemas sociais (CASTEL, 2001).

Diante das constantes transformações, emanam duas realidades distintas: a da multiplicação do capital e a da degeneração da classe trabalhadora. Nessa percepção, Antunes (2006) ressalta que existe uma necessidade de controle do mundo do trabalho, ou seja, os trabalhadores são cada vez mais vigiados, cobrados, explorados e ignorados, ao mesmo tempo em que os detentores do capital usam e abusam do poder para a multiplicação do capital, a todo custo.

A flexibilização acarreta diretamente em precarização, pois o mercado passa a demandar cada vez mais trabalhadores qualificados, e até mesmo os qualificados, quando conseguem se realocar no mercado de trabalho, sofrem pela falta de valorização profissional, submetendo-se a baixos salários. Castel (2001) relaciona a precarização como uma questão principal de debate, pois é dela que surgem inúmeros problemas sociais relacionados ao trabalho, como, por exemplo, a qualificação demasiada requerida pelo mercado de trabalho que ocasionam limitações entre o público que busca trabalho e as ofertas de emprego.

Antunes (2006) fala da *subproletarização* do trabalho, a qual está presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado ou terceirizado, de modo que todas essas categorias possuem algo em comum: a precariedade do emprego e remuneração, a desregulamentação das relações de trabalho, além de uma regressão dos direitos sociais. Isso explica os reflexos da lógica capitalista nas vivências da sociedade atual. Existem pessoas qualificadas, porém, poucas oportunidades e reconhecimento. Segundo Antunes (2006), a lógica do sistema capitalista vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem acarretado em uma sociedade dos excluídos e dos precarizados.

Neste interim, Castel (2001, p.526) chama a atenção para uma “nova questão social”:

O problema atual não é apenas o da constituição de uma “periferia precária”, mas também o da “desestabilização dos estáveis”. O processo de precarização percorre algumas das áreas de empregos estabilizadas a muito tempo. (...) Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “nova” questão social.

Castel (2001) ressalta três pontos desta nova questão social: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e *déficit* de lugares. Segundo o autor, a desestabilização dos estáveis diz respeito à atenção que deve ser dada aos “inclusos” da cadeia social, de forma que aqueles que denunciam a exclusão também devem sair da “zona de conforto” para que haja uma completa inclusão social. A instalação da precariedade concentra-se na preocupação com as causas da precariedade do trabalho, como, por exemplo, a terceirização e já o *déficit* de lugares, refere-se à sensação de falta de pertencimento, ou seja, o lugar está associado a uma utilidade social e um reconhecimento público, o que leva a precarização do trabalho e o desemprego serem considerados efeitos dessa sensação de “falta de pertencimento” (CASTEL, 2001).

Além desses fatores, Kalleberg (2009) ressalta que o trabalho precário possui consequências de longo alcance, tanto para os trabalhadores quanto para as famílias e sociedade, de modo que a precariedade se estende para a vida do sujeito, afetando comunidades e lares, causando insegurança e incertezas em sua família, a exemplo do fato de poder casar, ter um filho, quantidade de filhos, além da própria condição de vida do sujeito. Neste ponto, fica claro que o trabalho precário, além da própria precarização no sentido do trabalho, oferece consequências sociais para aqueles que estão no contexto precário.

Logo, pode-se afirmar que aqueles que fazem parte desta realidade precária são sujeitos marginalizados, ou seja, incluídos debilmente na sociedade e submetidos a condições precárias não só de trabalho, mas também de vida. Nesse contexto, surge uma importante e discutida expressão denominada “precariado”. Dentre as principais discussões a respeito do referido termo, temos as abordagens do Economista Guy Standing, que retrata em suas análises o precariado como uma classe emergente e intermediária. A definição do termo precariado defendido pelo autor carrega uma identidade ocupacional, o que a torna um tanto controversa.

Uma maneira de descrever o precariado é como ‘habitantes’. O habitante é alguém que, por alguma razão ou outra, tem um conjunto de direitos mais limitado que o dos cidadãos. A ideia de ‘habitante’, que pode ser rastreado até os espaços romanos, tem sido, geralmente, aplicada a estrangeiros que recebem direitos de residência e direitos

para exercerem seu comércio, mas não direitos plenos da cidadania (STANDING, 2014, p. 33).

No entendimento de Standing (2014), a semântica da união dos termos proletariado e precarizado remete diretamente aquilo que se pode considerar novo no mundo do trabalho. Assim, o precariado vem a ser caracterizado como um grupo de relações distintas no que se refere ao social, a produção e ao Estado. O precariado é, portanto, um indivíduo que aceitou uma situação imposta de trabalho sem estabilidade, sem um espaço físico adequado, sem horário de trabalho definido e regulado e com retorno financeiro imprevisível.

Em suas análises, Standing (2014) enfatiza a discrepância com o termo proletariado, pois na classe do precariado está o exercício de atividades degradantes, mal remuneradas e sem possibilidade de crescimento profissional. Ou seja,

[...] não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta de apoio da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro (STANDING, 2014, p. 30).

Já Braga faz referência ao termo precariado com direcionamento ao proletariado precarizado. E, sendo assim, ele discorre sua conceituação baseando-se em quatro principais grupos formados pela população trabalhadora que excede e se reproduz no modo de produção capitalista. Esses grupos são divididos e caracterizados por Braga em população flutuante, população latente, população estagnada e população pauperizada. Seguem suas respectivas definições:

A população flutuante seria formada por aqueles trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas. A população latente seria composta por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais, especialmente rurais, estabelecendo-se na indústria. Por sua vez, a população estagnada já seria parte da força de trabalho, ocupando, no entanto, funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência. Finalmente, a população pauperizada seria formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho devido à idade (BRAGA, 2012, p. 17).

A partir de tais debates e concepções considera-se de extrema importância compreender o trabalho precário, especialmente no contexto aqui estabelecido, isto é, em suas inter-relações com a dimensão espacial e, mais ainda, por se tratar do pouco compreendido, complexo e diversos contexto socioespacial amazônico.

2.2 Trabalho precário e produção do espaço urbano

A sociedade atual é veementemente embalada pelo capitalismo e assim conduzida por inúmeras transformações socioespaciais e, dessa forma, agindo diretamente na estrutura social, econômica e principalmente no espaço geográfico. Constata-se também a insurgência de uma nova fase capitalista marcada pela transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível (SOJA, 1993; ANTUNES, 2006). O modelo de acumulação flexível se reveste de antagonismo capitalista a partir do momento em que implica diretamente na precarização do trabalho, por desenvolver a para redução de custos no processo produtivo (ALVES, 2000). Imprime-se, assim, uma sociedade marcada pela produção de espaço urbano sob o ritmo do giro do capital. Nesse contexto, insere-se a colocação de Moreira:

Cada era do trabalho implica numa determinada arrumação do espaço que regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o técnico muda, correlativamente muda a forma de regulação espacial e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a nova organização do espaço, da sociedade, e do mundo do trabalho na história do capitalismo (MOREIRA, 2000, p.08).

Remete-se, então, a uma regulamentação estatal e dinâmica da cidade vinculada à reprodução das estratégias capitalistas através das novas práticas socioespaciais. Portanto, o trabalho é um ponto de análise que remete diretamente à produção do espaço. Nessa vertente, Godoy (2000, p.126) discorre sobre a concepção de Lefebvre a respeito da produção do espaço:

A concepção de Lefebvre sobre a produção do espaço não implica em uma leitura ortodoxa da produção-circulação-consumo, ou mesmo da espacialização do valor. O conceito possui um sentido histórico e sócio-cultural por conter uma dimensão temporal, subsumindo a historicidade do conceito de trabalho e uma dimensão espacial definida no momento da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato.

Santos (1999) diz que o espaço consiste em um conjunto de sistemas de objetos cada vez mais artificiais, dinamizados por sistemas de ações igualmente artificiais. Cabe ressaltar que os sistemas de objetos e os sistemas de ações só podem ser compreendidos se não forem considerados isoladamente, ou seja, só podem ser apreendidos se considerados enquanto formadores de uma totalidade - o espaço - já que vivem em uma interação constante, onde os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, conferindo a partir dessa interação a dinamicidade característica do espaço.

Desse modo, o espaço, na atualidade, é cada vez mais resultado da produção da sociedade. Não se está com isso referindo-se à produção econômica apenas, mas, seguindo a

advertência de Carlos (2011), considerando a produção do homem, das condições de vida da sociedade em seus vários aspectos.

A noção de produção, segundo Carlos (2011), oferece a oportunidade de analisar “[...] os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção [...]” (p. 62) e também as formas como se dão a sua apropriação. O conteúdo dessa produção é composto pelas relações sociais, mas sempre possuindo uma localização no espaço. Sendo assim, “[...] há produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia” (CARLOS, 2011).

A partir da concepção de Corrêa (1995), é possível dizer que o espaço urbano é constituído por meio de múltiplas relações sociais entre os diferentes agentes que dele se utilizam, e mais, que cada espaço urbano produz sua dinâmica própria e que embora possua uma lógica funcional, ele é imprevisível. Fazendo desse espaço um lugar extraordinário.

As atividades profissionais impulsionadas pelo intenso crescimento do setor de serviços, pela implosão e junção de velhas e novas normas de regulamentação de trabalho, pelas relações estabelecidas e pelas novas práticas socioespaciais demarcam a produção do espaço urbano e assim, suas problemáticas urbanas como a da precariedade no trabalho.

Sendo o trabalho componente fundamental da sociedade e motor da produção, o espaço e suas características estão diretamente articulados com o trabalho e dependem do seu formato e da sua natureza. Desse modo, a diversidade e desigualdade expressa nos variados espaços, entre outras questões, remetem às características do trabalho. A própria particularidade dos espaços a isso se associa.

Carlos (2011) expõe que a produção do espaço pode ser entendida por sua organização, considerando as relações sociais e sua dimensão espacial. Fundamentada nas ideias de Lefebvre a autora elenca, a produção, a condição e meio do espaço urbano, como sendo produto das relações sociais. Para a autora, o ponto de partida para entender o espaço urbano na contemporaneidade é inseri-lo na lógica de produção capitalista, isso significa pensar toda forma de produção em mercadoria. Carlos (2011) reitera que o espaço urbano não é um campo onde as coisas acontecem, ele não é imóvel, ele é produto das relações sociais capitalistas, ele é condição e meio, fruto da reprodução social.

Para Carlos (2011) e Corrêa (1995), o espaço urbano é o lugar que melhor se apresenta para a reprodução capitalista, ele condiciona esse sistema produtivo, que não é homogêneo, variando conforme tempo e espaço. Na visão dos autores, o papel desempenhado pelo Estado na produção do espaço urbano ganha destaque apresentando-se como agente facilitador da manutenção estrutural capitalista de produção do espaço, que na grande maioria privilegia a classe dominante em detrimento da classe subalterna.

3 CIDADES INTERMEDIÁRIAS AMAZÔNICAS E TRABALHO PRECÁRIO: CAMETÁ E ABAETETUBA

O objetivo desta seção é examinar a trajetória dos processos que se destacaram e tiveram importância expressiva em períodos diferenciados do processo de formação das cidades de Cametá e Abaetetuba e da Região de Integração do Tocantins. Temos com a realização desta análise a intenção de evidenciar as particularidades das cidades estudadas. Para entender a formação histórico-territorial e econômica dos Municípios de Cametá e Abaetetuba é preciso considerá-las, num contexto espacial e temporal mais amplo, a história da Amazônia brasileira e, mais especificamente a periodização do processo de formação da Região de Integração do Baixo Tocantins. É a partir dessa contextualização que se percebe a trajetória e a lógica dos processos que preponderaram na produção do espaço urbano da região amazônica, a caracterização dos arranjos locais e a expressão do trabalho precário nas cidades de Cametá e Abaetetuba.

3.1 Cidades intermediárias e particularidades de cidades amazônicas

A formação do Vale do Tocantins está diretamente relacionada com a estratégia de expansão territorial portuguesa, em um contexto ambiente político e econômico na região amazônica. Para compreender a atual organização espacial desta região particular do Pará, é necessário realizar uma análise espaço-temporal para buscar determinar o tempo histórico para a construção espacial de um determinado espaço. Para ilustrar essa situação, enfocamos a importância dos vieses econômicos que evidenciam as atividades que provocam as transformações dinâmicas do espaço social e contribuem de forma decisiva para a ocupação e produção do Vale do Tocantins.

O diálogo sobre as cidades amazônicas precisa entender uma região com uma longa história, e essa história é diversa. Aqui, a cidade é o resultado de um processo ao longo dos séculos, pode-se dizer que a formação e a organização do espaço amazônico devem se basear em múltiplas faces. O sistema capitalista funcionou como grande influente e o através dele o processo de funcionamento nas fronteiras em expansão da região se expandiu. Portanto, para poder compreender os aspectos gerais, deve-se considerar que o modelo de organização espacial da configuração da Amazônia, gerando assim sua forma urbana.

Segundo Gonçalves (2001), a estrutura territorial da Amazônia nasceu sob os polêmicos signos da geopolítica colonial, antes de mais nada, foi afirmada pelos militares, que era uma

espécie de imposição bélica. Esse processo de colonização na região amazônica significa a consolidação do domínio territorial, a ocupação de terras, a rendição dos povos indígenas e o uso dos recursos existentes na colônia. Na visão de Becker (2006):

O fato de ter sido um território colonial deixou muitas marcas na formação e na organização do espaço da Amazônia. Esse modelo de organização territorial se realizou, pautado num *padrão econômico voltado para a exportação* que, desde o início da colonização até hoje, é a motivação dominante na ocupação regional (grifo do autor).

Devido à dependência de uma lógica econômica externa, a ocupação da Amazônia se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. Essa lógica de organização econômica e geopolítica implicou em um modelo de organização espacial muito particular que, segundo Becker (2006), está pautado no padrão das relações externas, exógeno, e cujo modelo básico utilizado é o das redes de articulação externa, constituídas por vias de circulação e seus nós, núcleos que asseguram a produção e sua concentração para exportação. Já o padrão endógeno é necessariamente baseado em áreas relativamente extensas e isoladas, dependentes de populações que vivem de produtos naturais locais.

Essas características de colonização estão presentes na formação territorial da Amazônia e se materializam no Baixo Tocantins, onde o modelo de ocupação do território sempre esteve *dependente do mercado externo*, foi marcado por surtos de valorização econômica no mercado internacional de produtos como as drogas do sertão, o cacau, a borracha, a castanha e, mais recentemente, a pimenta-do-reino. Outra característica resultante do passado colonial é o padrão de ocupação que obedece à lógica *geopolítica*, pois a configuração do território foi moldada por estratégias geopolíticas de domínio e controle militar. (CRUZ, 2006, p.101) (Grifo da autora).

Portanto, com toda a imensidão da Amazônia brasileira, a formação das cidades amazônicas está relacionada ao expansionismo europeu, inicialmente pela ocupação de seu espaço na forma de vilas e posteriormente cidades. Devido à sua natureza exploratória e tentativa de acumulação de riquezas, os estrangeiros europeus estabeleceram-se nas áreas litorâneas e nas margens de grandes rios. Segundo Cavalcante (1997), as áreas litorâneas e o baixo rio Amazonas foram as primeiras áreas ocupadas, sendo primeiramente doutrinadas por franceses, ingleses e holandeses para se comunicarem com os índios. Normalmente, algumas melhorias e construções foram feitas durante a instalação de pequenos fortes.

Com a expansão das empresas mercantilistas, a Amazônia passou a ser vista como uma reserva, com potencial de exploração futura. Nesse sentido, a região do Vale do Tocantins veio a receber cada vez mais atenção. Dentro do contexto de produção e ocupação do território

amazônico apresentou para o governo colonial uma alternativa viável de exploração mercantilista devido as grandes potencialidades que esse espaço apresentava (GONÇALVES, 2001).

Pautado no modelo de ocupação do território denominado “economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos dependente do mercado externo, configuraram uma estrutura econômica de atividades e produção agrária diversificada (BECKER, 2006). Como resultado desse processo tem-se na região a concretização de sistemas agrários e de pluriatividades que constituíram elementos basilares da composição socioeconômica do vale do rio Tocantins no Pará colonial.

Gonçalves (2001), por sua vez, ao relatar sobre a dinâmica de ocupação do espaço amazônico e a diferenciação dos lugares na região, ressalta que é resultado de dois padrões de organização do espaço amazônico, contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região: o padrão de organização do espaço *rio-várzea-floresta* e o *estrada-terra firme-subsolo*. Cada um desses padrões foi sendo criado ao longo da formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo e tem sua concretização na Amazônia.

A região do vale Tocantins é um dos locais onde as repercussões do processo de formação territorial da Amazônia se materializaram e configuraram em princípio uma estrutura socioespacial ligada ao padrão de organização do espaço *rio-várzea-floresta*. Essa característica trouxe reflexos para a região, um desses foi advento de uma dinâmica tradicional que tem na circulação fluvial, exploração mercantil de produtos nativos vinculada a uma lógica de produção voltada à exportação e na introdução de sistemas agrários suas bases (ÂNGELO-MENEZES, 1994).

As cidades eram uma grande estratégia para se consolidar a posse de um território, principalmente em pontos que facilitavam a defesa contra invasões. No baixo amazonas várias cidades tiveram seu marco inicial na fundação de fortes localizados na embocadura de rios, demonstrando, com isso, a importância do rio para o fluxo comercial. As ocupações e expedições se desdobravam no objetivo de descobrir novas terras e caminhos para as drogas do sertão¹.

¹ Segundo Gonçalves (2010), as especiarias denominadas *drogas do sertão* eram produtos naturais retirados da Amazônia com destino ao mercado europeu. Dentre esses produtos podemos citar o cravo, a canela e a pimenta.

Segundo Tavares (2011, p. 108):

No período da união das Coroas Ibéricas (1580-1640), inicia-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616. Era época de invasões holandesas, francesas e inglesas no Nordeste, mais precisamente no Maranhão e Pernambuco, principal área de produção de açúcar. Além disso, havia a disputa pelo domínio do território das drogas do sertão, tais como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se; por essa razão fazia-se necessário ocupar e defender o território próximo dessa área.

Para os portugueses o domínio por meio da fundação de Belém demonstrava o controle do grande rio-mar, desta maneira a colonização efetivava-se e dava origem à lógica de cidades estratégicas para a gestão do fluxo e das riquezas. Vicentini (2004) destaca que, de forma diversa, nas colônias da América Portuguesa, o conceito de cidade vinculava-se, ainda, nos séculos XVII e XVIII, à questão de estratégia de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como lugar de apoio logístico, com ênfase na apropriação e expropriação de riquezas.

É nesse contexto que a ocupação do território se inicia no início do século XVII, particularmente em 1616, com a fundação de Belém. Posteriormente outros fortes foram sendo construídos, sempre ao longo dos rios, em posições estratégicas no sentido geopolítico do controle dos vales. Um desses rios, que se constituía como verdadeiro portal de acesso à região, ligando-a ao território nacional, era o rio Tocantins.

Após a fundação do forte de Belém, outras cidades tiveram as primeiras marcas da civilização ocidental na Amazônia (GONÇALVES, 2010), a cidade de Gurupá (1625), a cidade de Macapá (1638), a cidade de Santarém (1697), entre outras que tiveram a sua fundação voltada para a proteção das colônias. Desse modo, desenvolvia-se o traçado urbano na Amazônia, um modelo de ocupação, por meio da expansão por toda a calha do rio Amazonas tendo nas vilas o sentido de povoamento (engendradas pelas missões religiosas e missões em busca das drogas do sertão), logo se concentraram nas proximidades dos rios os chamados aldeamentos².

² Conforme Gonçalves (2010), as ordens religiosas, por meio da catequização e expansão do catolicismo, estavam à frente do processo de destribalização dos índios descidos para os aldeamentos. Os missionários promoviam os descimentos, expedições que subiam os rios para convencer os índios a descerem de suas aldeias no rumo das missões (ALVES FILHO, 2001, p. 28). Assim com base nesses autores compreende-se que os aldeamentos eram locais de concentração de povos indígenas dirigidos pelos missionários religiosos com o intuito de catequisar e concentrar pessoas mais próximo do fluxo do projeto colonizador, no caso nas desembocaduras de rios.

Durante o século XVIII já havia várias ocupações chamadas de freguesias estas eram estabelecidas as margens dos rios, tendo os missionários religiosos como responsáveis pela atração de índios para esses espaços. Tavares (2011) explica que grande parte delas era estabelecida a partir das missões e aldeias administradas pelos missionários e que com a política pombalina³ essas missões passaram a condição de vilas com denominação de cidades portuguesas. Ainda nesta discussão, Gonçalves (2010) diz que:

Ao longo da calha do rio Amazonas, sobretudo na confluência com outros rios, surgiram aldeamentos e vilas, muitas das quais se transformaram mais tarde em cidades regionalmente importantes como Santarém, na desembocadura do Tapajós; Óbidos, na foz do Trombetas; Manaus, na foz do rio Negro; Tefé, na foz do Japurá, além de Belém, na foz de toda a bacia, que por isso ganhará significado maior. (GONÇALVES, 2010, p. 81).

Neste contexto, essa formação socioespacial da Amazônia, gerada pelos colonizadores, deu origem ao urbano desta região e tinha o rio como principal via de mobilidade, desta maneira, o rio caracterizou as cidades que possuem intensa relação com o seu fluxo, expressando assim a dinâmica ribeirinha que ultrapassou os tempos emergindo o panorama das cidades ribeirinhas da Amazônia. Trata-se principalmente de considerarmos interações e modos de vida que são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda como um referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico que habita a cidade (TRINDADE JR. 2002, p. 137).

Pode-se atribuir como características importantes em relação a esta unidade espacial, que as questões sobre a formação socioeconômica do vale Tocantins dizem respeito às formas de ocupação das terras e permanência de sistemas de uso comum; à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários e, por último as dinâmicas de conflito e reivindicações territoriais de grupos sociais. A produção do espaço nessa região é marcada por rupturas e estabilidade (ÂNGELO-MENEZES, 1994).

³ O Marquês de Pombal, segundo Arenz (2002), foi o responsável pela introdução das políticas de centralização estatal, que na Amazônia foi implantada através de seu meio-irmão, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. De acordo com Tavares (2011) as políticas pombalinas tinham como foco: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará; o estímulo a agricultura de exportação (1755); a declaração de liberdade dos indígenas; o estímulo à miscigenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra.

A Região do Vale Tocantins se apresenta com dinâmicas de ocupação e de desenvolvimento socioeconômico muito diferenciadas. Essa região apresenta sua realidade com característica mais tradicional, ribeirinha que se ocupa de pluriatividades baseadas no extrativismo vegetal, pesca e agricultura familiar.

Por volta de 1800 ocorreu a queda da produção do cacau, produto que dominou durante várias décadas as exportações paraenses e para as quais as plantações da região do Tocantins contribuíram consideravelmente. Após a queda do cacau, recompõe-se uma agricultura familiar estacionária. Da fase do cacau retém-se o aumento da população escrava de origem africana, como se observou em Cametá, e do seu declínio, a estagnação desse crescimento no século XIX (ÂNGELO-MENEZES, 1994). Conseqüentemente, a importância econômica de Cametá não teve prosseguimento. Em meados de 1850 sua economia já manifestava uma realidade de declínio, apresentada pela perda de importância do cacau com a diminuição dos preços no mercado internacional. Nesse contexto, outra atividade da floresta ganha importância no espaço amazônico à extração da “Borracha”.

A atividade extrativa da borracha inaugura um novo ciclo na Amazônia marcado por várias modificações no espaço regional, principalmente em locais que estão diretamente atrelados ao circuito dessa atividade e que funcionam como núcleo de armazenamento e exportação desse produto para o mercado internacional. Dessa maneira, costuma-se atribuir ao período da borracha como um momento áureo de muita riqueza dentro da história da Amazônia, como tempo em que se insere a região amazônica na lógica de reorganização da divisão internacional do trabalho, sobretudo após a Revolução industrial, repercutindo na produção do espaço dessa região de forma mais intensa (GONÇALVES, 2001).

Como resultado desse processo, regiões como o Baixo Amazonas, altos cursos dos rios Tapajós, Xingú, Purus e Juruá se tornaram os centros geográficos da produção da borracha por concentrarem espécies de seringueiras muito mais produtivas do que as encontradas nos baixos cursos dos rios e das ilhas. Por esta razão, no vale do Tocantins a produção extrativa do látex não vai se reverter em grandes modificações e desenvolvimento econômico, político e social, caracterizando um período de estagnação da região (GONÇALVES, 2001).

Dessa maneira, observa-se um deslocamento paulatino das áreas geográficas de importância econômica que antes eram concentrados na foz dos rios afluentes do Amazonas e agora com a atividade extrativa da borracha as áreas nos altos dos rios passam a despontar como espaços de lucratividade e produtoras do espaço gerando dividendos para o governo brasileiro.

No entanto, o vale do rio Tocantins não fica a margem dos desdobramentos dos processos desse período, a partir do século XIX, Cametá, como importante entreposto comercial do Pará, centralizava a comercialização da borracha provinda da região dos furos do Marajó e do Tocantins (PADINHA; 2010). No Vale do Tocantins esse período configurara uma dinâmica econômica de sistemas produtivos agrícolas que repercutirá na conformação geográfica bem particular dentro dos arranjos produtivos da região.

O ciclo da borracha foi tão importante dentro da dinâmica econômica amazônica que se atribui na base da economia extrativa e no capital comercial que se forjou a divisão territorial do trabalho moldando o padrão de organização do espaço regional, definindo a formação e configuração das cidades ribeirinhas. “As interações entre vilarejos, vilas e cidades eram inteiramente dependentes da cadeia de exportação/importação, que mobilizava os excedentes de valor produzidos pela economia da borracha” (MACHADO, 1999, p. 111).

O espaço regional do Baixo Tocantins é produto no primeiro momento do processo de ocupação do território a partir das vias de circulação fluvial definidas pelos rios. A constituição das cidades, a organização do espaço e toda a dinâmica econômica estão centradas no extrativismo, nas várzeas e nos rios. Além de Cametá foram sendo progressivamente instalados outros núcleos de povoamento, configurando um padrão que está intimamente ligado ao rio, que se materializou com a formação dos aldeamentos e vilas desde o período colonial e que se amplia e se consolida em função da expansão do povoamento regional com a economia da borracha em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Assim, ao longo das várzeas do rio Tocantins emerge um sistema que combina o extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado por meio dos regatões com as vilas e cidades e que, na verdade, foi típico de toda a Amazônia (GONÇALVES, 2001).

A partir de 1960 a organização do espaço estrada-terra firme-subsolo se inicia pelos projetos de integração da região amazônica, onde a terra-firme e o subsolo passam a ser explorados por meio de implantação de projetos como hidrelétrica, mineração e rodovias, desta forma, pequenas cidades surgem no entorno desses projetos, dando início a lógica que privilegia a estrada.

Em meados do século XX a Amazônia volta ao contexto de exploração, acontecera pelo motivo da mesma ser considerada uma grande reserva econômica nacional e internacional. Desta forma, a região passa a fazer parte da lógica de industrialização e integração nacional, os principais investimentos foram em infraestrutura, transporte, comunicação e energia. Assim há

a perpetuação da fronteira urbana/capitalista com a inserção dos grandes projetos. Segundo Becker (1998, p. 11),

a fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo a agentes primordiais na produção do novo espaço. Na verdade, o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial.

O Estado brasileiro foi um grande propulsor da ocupação da Amazônia, em seu processo de integração, teve a ocupação populacional, por trás disso se interessa pelo desenvolvimento dos recursos naturais e pelo controle político e administrativo. Além da implantação de projetos de grande porte, por exemplo, mineração e hidrelétricas. A construção de rodovias é fundamental para a conexão da região com o resto do país.

Para Corrêa (1987, p. 57),

tendo em vista este propósito criou-se, em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o Sudeste do país através de Brasília e, mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR-364) e Santarém (Cuiabá-Santarém). Deste modo, a produção industrial do Sudeste alcançou a Amazônia, ao mesmo tempo que esta passou a enviar matérias-primas para o Sudeste, como é o caso da cassiterita.

Dessa forma, a construção de rodovias e o fluxo de pessoas para o interior foram reorganizados no âmbito da cidade amazônica. A chamada gestão estadual na urbanização direcional atraiu inicialmente mão de obra de projetos de mineração e construção civil. A construção de infraestruturas estabeleceu uma rede de cidades, que já não representam a primeira forma de ocupação do espaço na região, nomeadamente o comércio, mas são uma expressão do capital financeiro.

Becker (2001) afirma que a Amazônia é considerada uma floresta urbanizada, e as cidades foram formadas por volta de 1960. Portanto, de acordo com a autora, o panorama das cidades amazônicas enfatiza a diversidade associada aos arquétipos urbanos. Como os portugueses o desviaram em "1500" e posteriormente por agentes brasileiros, teve sua origem na organização do espaço amazônico. Assim, a cidade amazônica foi criada a partir da expansão dos limites da cidade capitalista, que começa no rio e depois na estrada. Portanto, segundo Gonçalves (2010), existem dois modos de convivência na região amazônica, que se contradizem e formam a base das diferentes paisagens atuais da região.

A região de integração do baixo Tocantins/PA é composta por áreas de várzea que limitam o extrativismo e a pesca, assim como a construção da hidrelétrica e o controle do ciclo hidrológico resolveu o problema das enchentes, entretanto ocasionou redução na quantidade e diversidade de peixes, causando impactos socioeconômicos. Desse modo, os municípios apresentam-se fortes contrastes entre a sede e as localidades rurais, além de crescentes índices de migração do campo para a cidade, sem a oferta de oportunidades compatíveis com tais fluxos.

Conforme critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que concebe as cidades (sedes municipais) e vilas (sedes distritais) como espaços que alojam uma população urbana, pode-se então, associar a noção da vida urbana como conteúdo social que nesses limites e realizam, os demais espaços são definidos como rural. O processo de urbanização da sociedade está além das formas parciais cidade se materializando no campo, tratando de uma organização que não se faltam dados da população, como sugere o IBGE mas por meio de expansão de objetos técnicos que se difundiram no território "urbanização do território", em especial que se insere como modo de vida e como prática de cotidiano em meio à sociedade.

Na mesma perspectiva, a expansão da Fronteira Urbana observam modelos de urbanização que foram implementados no contexto regional o modelo de urbanização dividido pelo Estado ou pela iniciativa privada, o modelo de urbanização de grandes projetos, no caso do Baixo Tocantins, uma sub-região tradicionalmente ribeirinha, afetada apenas indiretamente pelas frentes de expansão econômica que tomaram corpo a partir da década de 1960, nos parece marcante a presença do modelo de urbanização tradicional, ainda que seja uma região situada entre dois grandes empreendimentos, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (produção de energia elétrica) e o Complexo Albrás/Alunorte (produção de alumina e alumínio).

Dentre as principais características dos municípios situados à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, destaca-se a natureza ribeirinha da população local, traduzida, igualmente, para o plano de sua organização espacial - herança de uma forma dendrítica de rede urbana (CORRÊA, 1987) -, a despeito de outras formas de circulação que mais recentemente passam a articular essas realidades locais ao restante da região.

Diferentemente dos municípios situados à montante da mesma hidrelétrica, na sua maioria recentemente emancipada e com forte influência da dinâmica das rodovias e da mobilidade da força de trabalho recém-chegada à região amazônica, os núcleos urbanos -

idades e vilas - situados à jusante, apresentam uma forte presença de populações tradicionais e de origem local que traduzem uma forte relação com o rio, não simplesmente por estarem localizados às margens deste, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional (a exemplo da circulação fluvial), de subsistência material (fonte de recursos alimentares) e simbólica (imaginário sociocultural).

A compreensão da importância das cidades e da sua estrutura interna faz-se necessária, dado o papel que as mesmas desenvolveram ao longo do processo de produção do espaço local e regional e dada a relevância que assumem nas propostas de desenvolvimento. Por essas condições, mesmo que se faça presente o domínio de uma psicofera urbana, não há como desconsiderar as fortes ligações com a vida ribeirinha tradicional, que resguardam uma certa peculiaridade a esses espaços no contexto da Amazônia Oriental, fortemente reestruturada pelas frentes de expansão econômica. Nesse sentido, pensar o desenvolvimento socioespacial para esses municípios, implicou, considerar essa contextualização, bem como refletir sobre a configuração territorial local como resultado de processos globais e regionais que tiveram rebatimentos locais.

Dessa forma, discutir sobre a periodização do processo de formação da região de integração do Baixo Tocantins funciona como o ponto de partida para compreender os papéis regionais das duas cidades estudadas e as relações de trabalho nas cidades amazônicas intermediárias, no caso, Cametá e Abaetetuba,

Quanto aos papéis regionais das duas cidades, Abaetetuba e Cametá, eles estão muito associados ao setor de comércio e serviços. Enquanto centros tradicionais (ambos têm os primórdios de suas ocupações ainda no período colonial, sendo Cametá o mais antigo) são importantes fornecedores de serviços a uma ampla região muito marcada pela carência e precariedade de serviços básicos como saúde e educação. Além de possuírem forte dimensão ribeirinha, localizando-se à beira-rio, o que os fornece a condição de importantes centros para as populações ribeirinhas.

O estudo Região de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008) classifica Abaetetuba como Centro Sub-Regional B, polarizando as cidades de Igarapé-Miri e Moju, mesmo nível hierárquico na rede de cidades atribuído à Cametá, cuja área de influência abrange as cidades de Baião, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará. Já a versão mais recente do mesmo estudo, REGIC 2018 (IBGE, 2020), manteve Abaetetuba como Centro Sub-Regional B, mas

reduziu Cameté ao estrato de centro local, a despeito de sua incontestável relevância para os municípios próximos.

Com relação à problemática do trabalho, os dados do IBGE (2021) a respeito do trabalho formal já fornecem um panorama da problemática, já que além de serem marcados por baixas remunerações abrangem porcentagens muito reduzidas do total populacional de cada município. O que já fornece um indicativo da abrangência do trabalho informal e, por conseguinte, do trabalho precário.

Quadro 1. Abaetetuba e Cameté. Trabalho formal e rendimento. 2019

Municípios	Salário médio mensal (em salários mínimos)	Pessoas ocupadas em relação ao total da pop. municipal (%)	Domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (%)
ABAETETUBA	1.6	7.5	52.6
CAMETÁ	2.4	4.8	55.4

Fonte: IBGE (2021).

Nesses termos, enquanto municípios de destaque no contexto amazônico, preservando importantes faces ribeirinhas, Abaetetuba e Cameté têm na precariedade do trabalho uma de suas problemáticas socioespaciais de grande relevância. Na dimensão mais diretamente social, por influenciar diretamente nas condições de vida, remuneração, acesso a serviços básicos etc.; na esfera espacial, por deixar marcas fundamentais na produção do espaço urbano e rural, definindo seus contornos e características.

3.2 A cidade intermediária amazônica de Cameté

A cidade de Cameté, em sua história, como município, reconheceu-se que, em 1713, adquiriu o reconhecimento legal na categoria de Vila. No ano de 1841, em 30 de abril, foi promulgada a Lei nº 87, que concedeu à Cameté a categoria de Comarca e, sete anos depois, por meio da resolução nº 145, de 24 de outubro de 1848, lhe foi outorgado o reconhecimento como cidade. Após a proclamação da República, o Governo Provisório do Estado, por meio do Decreto nº 59, criou o Conselho e Intendência.

Somente em 1930, por meio do Decreto nº 06, de 4 de novembro, foi confirmada a condição de Cameté como Município, passando a existir como tal no quadro de ordenamento

político-administrativo do estado. No ano de 1956, houve a tentativa de provocar o desmembramento de parte de sua área territorial para dar lugar ao nascimento do Município de Limoeiro do Ajuru. Essa tentativa ficou registrada pela promulgação da Lei nº 1.127. Entretanto, a iniciativa não prosperou devido ao Supremo Tribunal Federal ter declarado a referida lei como ato inconstitucional. Atualmente, conta Cametá com dez distritos, sendo: o distrito-sede, com o mesmo nome do Município, Carapajó, Curuçambaba, Juaba, Janua Coeli, Torres, Vila do Carmo, Areião, Bom Jardim, Vila Moiraba.

Na historiografia situa-se que, no ano de 1633, Feliciano Coelho de Carvalho recebeu do Governador do Estado, seu pai, a concessão de “todas as terras do Cametá” para fazer nelas uma Capitania. De imediato, na vila de Cametá organizou o sistema de recrutamento de indígenas para as tropas. Outros ficariam subordinados ao sistema de aldeamento dos religiosos. Segundo Chambouleyron (2005), a capitania de Cametá “constituiu uma constante fonte de problemas. Essas complicações estavam ligadas às dificuldades de povoar a região, à repetida interferência dos moradores do Pará e das autoridades, e ao reconhecimento mesmo de sua doação pelos habitantes do Estado. De qualquer modo, o donatário fundou uma vila – Santa Cruz de Cametá, e organizou o deslocamento de mais de 300 colonos para se instalar em suas terras, em 1649”.

A capitania de Cametá dentro da dinâmica econômica de ocupação do território amazônico adquire grande importância por se tratar de uma região de utilização para práticas agrícolas (cacau, mandioca, milho, pimenta-do-reino etc.) e extrativistas (drogas do sertão, açaí, pescado, castanha e etc.). Segundo Trindade Jr. (2005), a função principal desempenhada por essa unidade geográfica, dentro da formação socioespacial amazônica, no que concerne à divisão territorial do trabalho, é a de suprir as demais unidades regionais de produtos agrícolas e extrativistas.

Até a década de 1960, a base principal da economia amazônica foi à borracha. O município de Cametá, historicamente caracterizado como uma economia predominantemente extrativa tornou-se, de fato, um centro importante de extração e exportação dos produtos da floresta. Muitas pequenas fábricas de sabão, assim como, madeireiras, de propriedade de estrangeiros que se instalaram na cidade-sede de Cametá, monopolizaram a compra de matéria-prima e a venda de produtos manufaturados à região das ilhas e aos municípios vizinhos. A década supramencionada marca o declínio das atividades relacionadas à economia gomífera e exige das elites, uma reorganização de suas ações, a partir da comercialização da pimenta-do-

reino, produto que em semelhança com a borracha possuía alto valor no mercado internacional (PADINHA, 2010).

As margens do rio Tocantins se apresentam como uma das áreas mais antigas de ocupação europeia no Estado, Cametá, por exemplo, é a segunda cidade mais antiga do Pará. A cidade de Cametá no passado (séc. XVII, XVIII e XIX) desempenhou um papel fundamental no que concerne à economia alicerçada em três princípios fundamentais: garantir a posse sobre o território conquistado; formar novos cristãos; e fortalecer a burguesia mercantil europeia (BARROS, 2007).

No Município de Cametá, atualmente, pode-se notar como resquício de seu passado econômico uma economia de base extrativa, principalmente do açaí nas várzeas que compõem o território municipal, além do comércio e de atividades de prestação de serviços.

Nestes termos, Cametá é um espaço dentro da sub-região do Baixo Tocantins, que sua economia continua dependente ainda do extrativismo e das atividades de cunho comerciais, com ênfase nas atividades e prestações de serviços como vendedores ambulantes e mototáxis. A atividade industrial é ainda incipiente, restringindo-se às serrarias localizadas no interior do município e na sede municipal, que operam com motor próprio, e às diversas marcenarias (IBGE, 2013).

Portanto, este é o cenário atual das atividades/setores econômicos do município de Cametá, por meio dos levantamentos dos dados reconhecem-se os espaços da produção e circulação de dada espacialidade, cuja importância está em fazer com que o município mantenha sua dinâmica socioeconômica todos os dias.

De acordo com Padinha (2010), a cidade de Cametá, assim como as demais cidades da microrregião do Baixo-Tocantins vivenciaram um crescimento urbano, que pouco ou quase nada guardam relação com a modernização do campo e, pelo contrário, foi a pauperização do mesmo que motivou uma intensa migração da população rural em direção às cidades. Um êxodo promovido pelo não desenvolvimento das forças produtivas e as transformações que estas expressam nas relações de trabalho, marcado pelo baixo índice técnico e, pela expressiva pobreza de seu campesinato e de sua sociedade ribeirinha, indo em direção às cidades em busca de melhores condições de sobrevivência.

Essas cidades apresentam em seu traçado urbanístico, bem como em suas localizações, às margens dos rios, muitos elementos herdados do período de conquista e defesa do território.

Como marcas da paisagem e do conteúdo destas cidades. Oliveira, (2001, apud PADINHA, 2010) enfatiza a presença e a centralidade, material e simbólica, representada por alguns objetos geográficos, tais como: os portos, as feiras, as igrejas, a dinâmica comercial e os trapiches, que se mantêm como símbolos pretéritos, ao mesmo tempo em que refletem os processos das formas urbanas atuais dessas cidades.

Com a abertura da antiga Transcametá PA-156, hoje BR-422 no ano de 1972, vetor Novo Repartimento, Limoeiro do Ajurú passando por Cametá e, posteriormente, de outras estradas, como construção/melhoramento/pavimentação de alguns eixos rodoviários de autoria federal e estadual, como a PA-151 (vetor Barcarena-Baião), cruzando Abaetetuba, Igarapé-Miri, Cametá e Mocajuba, bem como a construção do complexo de pontes e estradas do projeto Alça viária do Pará, inaugurada em 2002, totalizando mais de 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes construídas para integrar a região metropolitana de Belém ao interior do estado, fez reduzir significativamente o tempo de viagem, ao mesmo tempo em que multiplicou o fluxo de veículos entre os municípios. Dessa forma, as cidades do Baixo Tocantins passaram a sofrer alterações em suas dinâmicas, de modo especial, Baião, Mocajuba e Cametá.

Com o processo de urbanização acelerado vivenciado pelo município de Cametá, também houve uma intensificação da pobreza e dos problemas sociais. Os agentes subalternos e hegemônicos mantêm a esperança de uma vida melhor, pois o processo que implica e dita suas condições não é espontâneo, mas gerado e dotado de intencionalidades pelos agentes hegemônicos responsáveis pelas políticas públicas capazes de reduzir os índices de pobreza e as desigualdades sociais.

Em se tratando da localização de Cametá, pode-se realçar sua situação estratégica, ao ter em conta a proximidade com a capital Belém. O espaço urbano de Cametá concentra também a oferta de serviços importantes como, por exemplo, os bancários. A referida cidade se sobressai regionalmente em número de agências bancárias (um total de 6 agências), possuindo menos agências apenas que Abaetetuba e Barcarena, cada uma com 7 agências, ao se tomar como referência região de integração do Tocantins (FEBRABAN, 2021). Logo, Cametá recebe uma grande demanda advinda das cidades vizinhas. E com isso, o centro comercial do espaço urbano de Cametá se torna também um ponto de referência quanto a sua importância regional, pois na medida em que as pessoas se deslocam em busca da oferta de serviços como os bancários, também usam outros serviços e o comércio da cidade. Sendo assim, é no centro comercial que as atividades de prestação de serviços informais se dinamizam e se espacializam.

Sendo assim, é no centro comercial que as atividades de prestação de serviços informais se dinamizam e se espacializam. Segundo Padinha (2009):

No circuito inferior das cidades do Baixo Tocantins destaca-se a forma-conteúdo feira, marcada pela diversidade de agentes e atividades que a dinamizam e pela importância que assume na vida econômica e sócio-cultural das cidades. Simbolicamente, a feira livre é considerada o grande centro comercial destas cidades estando sempre situada na orla fluvial dessas, próximo ao porto ou trapiche principal, ou integrando vários desses.

Em se tratando de renda, no ano de 2018 o salário médio mensal era de 2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 4.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 18 de 144 e 121 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 787 de 5570 e 5287 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 55.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 14 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 414 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

3.3 A cidade intermediária amazônica de Abaetetuba

O município de Abaetetuba, no estado do Pará, integrante da Microrregião de Cametá, tem sua área urbana localizada à margem direita do Rio Maratauíra, um braço do Rio Tocantins.

A cidade de Abaetetuba, localizada nas proximidades do rio Tocantins com o rio Pará, compondo a região leste da baía amazônica, fundada desde o século XVIII, possui território formado por ilhas fluviais. Socialmente, o município é diversificado desde os primórdios de sua fundação, habitado por população indígena arqueologicamente comprovado (ANGELO-MENEZES, 2000; SILVEIRA E MARQUES, 2004). A região é destacada por seus rios, principalmente Belém pelo dinamismo comercial e sociocultural. Logo, o crescimento urbano teve seu marco com a abertura da rodovia PA-252, e conseqüentemente pelo êxodo rural e implantação de indústrias do complexo Alumínio do Brasil (ALBRÁS) e do complexo Alumínio do Norte (ALUNORTE), na sede industrial de Barcarena.

Diante do exposto, é importante a integração rodoviária, principalmente para logística e escoamento de matéria e produção, no município em estudo. Um exemplo prático é a abertura da rodovia PA-151 que integra as cidades Baião, Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mocajuba a capital, havendo conexão com o sul do estado por meio da PA-252, fazendo com que Abaetetuba seja destaque regional e influência social e economicamente. Entretanto, é pela

existência dos rios que a cidade é dinamicamente reconhecida, logo, a relevância do município nesta região, é tida pela sua origem ribeirinha, pois todo seu dinamismo e diversidade é relacionado ao rio.

Historicamente, Abaetetuba teve sua ocupação marcada nas proximidades do rio Maratauíra, no início dos anos 1900, segundo Alves (2007), onde iniciaram as transações comerciais com produtos regionais de propriedades ribeirinhas. Nesse seguimento, a cidade é a invenção do homem que também se reconstrói quando procura expandir seu ambiente de vida (HARVEY, 2008). Dessa maneira, o município possui diversificação sociocultural e economia e localização vantajosa, que contribuem para a influência do estado quanto às informações registradas e narradas pelos moradores expressivos, e formação da identidade memorial.

Conforme Souza (2009), o auge do desenvolvimento municipal foi no apogeu da borracha amazônica, entre os séculos XIX e XX. A expansão também conta com atividades rurais e industriais. O município chegou a possuir o maior número de indústrias do estado do Pará, sendo uma das mais importantes economicamente, o que a fez ser considerada uma cidade polo do baixo Tocantins e teve sua ocupação urbana desenvolvida as margens dos rios. Atualmente é a sexta maior cidade do estado do Pará, em constante crescimento econômico devido a logística e instalação de empresas, refletindo no PIB municipal quem sido triplicado, abrangendo os municípios de Moju, Igarapé-Miri e Barcarena.

De acordo com Ribeiro (2017), as diferenças entre os centros urbanos podem ser vistas pela quantidade de população, densidade demográfica, disponibilidade de infraestruturas e de serviços; pela formação socioespacial em que se inserem a situação espacial e os papéis desempenhados na sua rede de cidades e região. Em relação a Abaetetuba, apesar de a mesma ter se expandido no padrão estrada-terra- firme-subsolo, que segundo Gonçalves (2010) é o padrão que se organizou ao longo das estradas, com atividades voltadas para a exploração econômica da terra firme (pecuária e agricultura) e do subsolo (atividades minerais), a mesma ainda tem fortes características da “cidade da floresta” representada através de seus espaços e de sua articulação econômica.

Souza (2009, p. 40) afirma: “como a maioria das cidades ribeirinhas, Abaetetuba, por muito tempo, teve sua dinâmica dependente dos fluxos fluviais de cargas e passageiros. O porto era o centro de sua vida cotidiana”, ou seja, havia relação de troca com a chegada e saída de mercadorias advindas dos ribeirinhos. Nesse contexto, o rio ainda tem relevância na formação socioespacial da cidade de Abaetetuba, visto que há uma dependência dos fluxos fluviais

enquanto ribeirinha. Portanto, a cidade em estudo representa a região amazônica cultural e economicamente, através da exportação e da ligação entre espaços urbano e rural.

O espaço urbano da cidade, segundo Carlos (2007), deve ser visto como construção humana, trabalho materializado, acumulado ao longo de gerações, da relação sociedade-natureza. Assim, conforme a perspectiva apresentada, o espaço urbano é sujeito às transformações socioespaciais na esfera intraurbana. Assim, os objetos geográficos que são ativados a partir da sociedade e pela sociedade se constituem no conjunto de aspectos que se articulam para a formação da estrutura urbana. O espaço urbano remete à localização interativa dos elementos espaciais, ou seja, dos centros de negócios, das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais (VILLAÇA, 2001).

Então, a estrutura urbana também está comumente relacionada ao uso do solo e de que forma esse uso está organizado no espaço intraurbano, não é um simples mapeamento, segundo Sposito (2002). Para Ramos (2002) a estrutura espacial intraurbana é tida como os principais elementos da cidade e sua organização dentro do todo urbano, determinando a natureza, as características e o funcionamento deste todo, condicionada por relações sociais.

Nacionalmente, o Brasil possui uma diversidade de cidades que se estruturam seguindo certo padrão espacial. Especificamente, as cidades da Amazônia apresentam mudanças e permanências que contribuem para as suas relações estruturais. Quanto a estrutura urbana de Abaetetuba podemos afirmar que é constituída de estruturas antigas e novas, as primeiras áreas de uso do solo que se constituíram na sua formação são aquelas que se estabeleceram, primordialmente, às margens do rio Maratauíra, o espaço beira rio, as residências, o pequeno comércio, são aspectos históricos localizados paralelamente ao rio.

Segundo Alves (2009):

A ocupação urbana em Abaetetuba desenvolveu-se historicamente durante o início do século XX, nas proximidades do rio Maratauíra, afluente do Rio Pará, quando foi estabelecido, nesta proporção da cidade, um incipiente entreposto comercial sustentado pela venda de produtos regionais como pescado, frutas e ervas, cultivadas pelos ribeirinhos de localidade próximas. A ocupação habitacional expandiu-se paralelamente em relação com o rio (ALVES, 2009, p. 189).

Desta maneira, a cidade de Abaetetuba começou a sofrer transformações mais evidentes após as décadas de 1970-80, afirmado por Machado e Gemaque (2017), com a abertura de rodovias para a rota principal, a diminuição de atividades tradicionais, e que seguiu um certo “ordenamento” da sua função comercial. Tourinho et al. (1991) também destacam que nas

décadas de 1970 houve um crescimento populacional originário do atrativo da construção do complexo Albrás-Alunorte, fato este que acarretaria a ocupação das áreas periféricas.

O centro da cidade comporta os principais prédios de comércio e de serviços, está disposto paralelo ao rio e no sentido da rodovia, atualmente as terras aonde estava localizado o aeroporto está em desuso. Neste espaço da cidade, as vias são asfaltadas, prédios em alvenaria, e há sinalização de trânsito. Possui estrutura física organizada, por ter asfalto, iluminação, limpeza de logradouros mais frequentes, ser localizado na terra firme, o seu metro quadrado tem sido mais valorizado. À medida que vai se afastando para os bairros mais distantes o metro quadrado vai caindo de preço, um exemplo de áreas desvalorizadas é no Bairro Francilândia (localizado na porção leste de Abaetetuba) principalmente nas áreas de várzea existentes no bairro. Neste sentido, o planejamento territorial, principalmente da malha urbana é restrito ao centro, nas áreas periféricas, as ocupações que deram origem aos bairros se constituíram de forma espontânea e hoje não oferecem uma infraestrutura de qualidade para a população pobre, isso revela a valorização do solo nas áreas centrais da cidade onde há concentração do capital, sendo necessário avaliar o papel do Estado nesse processo de produção do espaço urbano.

Para Janio (2008):

[...] não se concebe a ação do Estado apenas como neutra ou como mediadora do processo de produção do espaço urbano, a estrutura urbana deve ser revelada como um produto do jogo de interesses entre as classes, tendo uma dupla apreensão, como reflexo e determinante na reprodução desses mesmos interesses. (JANIO, 2008, p. 72).

A ação do Estado na estruturação do espaço urbano é contraditória, mas importante para a aplicação das políticas públicas, na intenção de organizar a cidade e seus elementos que desenvolvem o território de Abaetetuba por meio de atividades urbanas, como o comércio, os serviços, a indústria e as residências. O comércio, por sua vez, comporta uma rede de estabelecimentos naturezas afins, tendo uma concentração maior no bairro centro, onde se encontra produtos tradicionais oriundos das áreas rurais e produtos industrializados; as estruturas comerciais são de pequeno porte e distribuídos em lojas de confecção, móveis e eletrodomésticos, farmácias, mercadinhos e supermercados entre outros. Os serviços presentes são os bancários, os serviços públicos, os serviços a saúde, bem localizados no centro da cidade e em bairros periféricos, como a assistência social, à saúde (postos de saúde), na intenção de facilitar o acesso da população. A atividade é composta de estruturas de pequeno porte distribuídas nas áreas de alimentos, beneficiamentos de produtos agroflorestais, oleiro, marcenarias. As residências da cidade de Abaetetuba estão no bairro centro e periféricos, que a

partir dos anos 1980 sofreu expansão para a rodovia e, atualmente são conjuntos habitacionais e condomínios.

Diante disso, conforme Tourinho (2011), a relação dialética que se estabelece entre o homem e o meio físico e natural, e sendo a estrutura espacial uma dimensão dessa relação, para compreensão da estrutura espacial interna de uma cidade concreta é preciso considerar os limites e as oportunidades pela posição geográfica. O município tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) e o maior Índice de Desenvolvimento Humano no contexto microrregional, mesmo que possua uma posição geográfica estratégica e seja o município com a melhor infraestrutura da região, esta não é relevante ao se efetuar a passagem à escala estadual. Com isso, a economia está voltada na prestação de serviços atendendo a demanda local e microrregional. Diante disso, analisando o desmembramento do PIB municipal, o que se observa é a predominância do setor terciário, o qual corresponde a 82,86% do PIB municipal, o setor primário representa 6,84% e o setor secundário representa 10,28%. A evolução do PIB com a contribuição de cada setor. Na formação de Abaetetuba, conforme se enfatizou, o município era essencialmente rural e primário, ao passo que os números corroboram com a tese de uma transformação nas relações de produção, com vinculação estratégica de Abaetetuba na região do ponto de vista do comércio e dos serviços.

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vemos que em 1980 (cinco anos antes da inauguração da Albrás), o município conta com uma população de 74.545 habitantes, ao passo que em 1991, a população é de 99.989 habitantes, para atingir 119.152 habitantes em 2000, e 141.100 habitantes em 2010. Em 1980, a população urbana representa 45,38% do total. Essa concentração de estoque de trabalho não qualificado, a ser usado para a construção da infraestrutura, foi levada em consideração pelos planejadores da Albrás, conforme Lôbo (1996). Em 1991, a população urbana representa 56,40% da população total de Abaetetuba. Em 2000, a população urbana representou 59,46% da população total no município. Mas em 2010, após franca diminuição da atividade do pólo siderúrgico, sobretudo a construção de novas plataformas, a diáspora da mão de obra urbana pelas obras país afora é retratada por uma pequena reversão da situação domiciliar. No sentido, que se verifica no cenário da dinâmica territorial da Amazônia Tocantina, que a extensão territorial dos municípios é muito grande e em vários casos a sede do município não consegue dar atenção a todos os distritos, muitas vezes centralizando os recursos na sede administrativa, provocando nessas regiões um sentimento de desmembramento.

4 ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS, PRECARIEDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Através da conclusão do levantamento documental, foi possível analisar os dados econômicos, populacionais, sociais e de trabalho, emprego e rendimento em Abaetetuba e Cametá, que foram gerados por meio dos trabalhos de campo, das entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e representantes do poder público nestas respectivas cidades. Diante disso, será oportuno colocar em questão os dados produzidos de maneira que possibilitem a discussão sobre a contextualização e espacialização da precariedade nas cidades de Cametá e Abaetetuba. Sendo assim, através da conclusão do levantamento documental e de campo, foi possível analisar os dados econômicos, populacionais, sociais e de trabalho, emprego e rendimento em Abaetetuba e Cametá, que foram gerados por meio do que são os trabalhos de campo nas duas cidades, e assim das entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e representantes do poder público.

Devemos ressaltar que a escolha das duas atividades estudadas se deu a partir das observações em campo, tendo como ponto de destaque a precariedade expressa a partir da realização do trabalho de campo. Considerando que, além das atividades estudadas, existem muitas outras atividades que podem ser consideradas precárias, como os carregadores de bagagem, vendedores ambulantes, estivadores e muitas outras atividades que se especializam nos espaços urbanos das cidades intermediárias da Amazônia Tocantina.

4.1 A precariedade na atividade de mototaxista

A discussão abordada por este tópico visa expor as especificidades pertinentes ao trabalho precário em atividades de mototaxistas. Dessa forma, buscaremos primeiramente descrever o perfil destes trabalhadores e, em seguida, compreender a precariedade através das relações, dos processos e das condições de trabalho, destacando a espacialidade desses trabalhadores. Os dados aqui apresentados sobre os trabalhadores de moto-táxi nas cidades de Cametá e Abaetetuba são resultados da tabulação e análise de 20 (vinte) questionários aplicados aos mototaxistas dentre os quais, 10 (dez) mototaxistas em cada cidade, esses dados foram levantados no período de agosto a outubro de 2021.

Antes de adentrarmos na análise do trabalho precário, apresentaremos o levantamento do perfil sócio-econômico dos mototaxistas, para que seja possível compreender os principais elementos no processo de formação socioespacial desses trabalhadores e apreender quais os

tipos de relações sociais e formas de sociabilidades que estão na base de constituição desses prestadores de serviços, tendo-se em conta o trabalho informal e suas representações na realidade pesquisada.

Através dos processos e das relações, os trabalhadores alinham as suas sociabilidades e constroem seu espaço social, rementendo suas próprias dinâmicas de trabalho. Sendo assim, é de relativa contribuição para a análise da precariedade compreender tais processos através das percepções dos trabalhadores sobre suas trajetórias de vida e principalmente sua formação quanto trabalhador.

Figura 2. Cametá. Mototaxista. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 3. Abaetetuba. Mototaxista. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021

As figuras 2 e 3 esboçam as percepções iniciais de como os mototaxistas se apresentam, de modo geral, nas duas cidades estudadas. Na cidade de Abaetetuba alguns desses trabalhadores utilizam moto padronizada, bem como suas vestimentas e acessórios. Esse trabalhador está nessa condição devido ao fato de ser submetido a um conjunto de exigências estabelecidas pelos órgãos regulamentadores, sindicato e associação de mototaxistas, que visa a legalização dos mototaxistas. Essas exigências são expressas no regulamento, onde o mototaxista devidamente cadastrado, paga pelo licenciamento do veículo junto ao DETRAN, sendo que o custo de legalização fica em torno de R\$600,00 (seiscentos reais) considerando o alvará de licença, legalização e regulamentação dos documentos da moto e aquisição de equipamentos obrigatórios. Na cidade de Cametá não existe uma legalização vigente direcionada aos mototaxistas, sendo assim, os mesmos não exercem suas atividades com uniformes ou acessórios padronizados, ficando a critério do mesmo a sua própria identificação que na maioria das vezes se dá através do uso de camisas que trazem o termo “moto-táxi”. Devemos ressaltar

que na cidade de Abatetuba também identificamos os trabalhadores que exercem suas atividades sem uniformes padrões e estes geralmente são os denominados clandestinos, ou seja, não legalizados, como podemos observar na figura 4:

Figura 4. Abatetuba. Ponto de Mototaxistas clandestinos.2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Todos os mototaxistas entrevistados nas duas cidades eram do sexo masculino, entretanto, não se descarta a presença de mulheres nessa atividade. Inicialmente, o nosso levantamento de dados, procurou conhecer a faixa etária de cada atividade, a exemplo do que segue abaixo:

Quadro 2. Cametá e Abatetuba. Faixa etária dos mototaxistas. 2021.

IDADE	CAMETÁ	ABAETETUBA
15 a 18 anos	0	0
19 a 30 anos	4	3
31 a 40 anos	2	4
41 a 50 anos	3	2
51 a 60 anos	1	1
61 a 75 anos	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Nesse segmento, podemos identificar que a maioria dos entrevistados tem idade entre 19 e 40 anos. Na cidade de Abatetuba observamos uma maior concentração de mototaxistas na faixa etária de 31 a 40 anos, o que suscita uma experiência mais significativa, quando comparados com os dados da cidade de Cametá, onde a maioria dos entrevistados aparece na faixa etária de 19 a 30 anos. Nesse último caso, a busca pela atividade de mototaxistas por parte

desses trabalhadores de faixa etária mais baixa pode estar associada à problemática do desemprego em Cametá, que, de modo geral, afeta todas as idades, todavia, com maior incidência nesta última faixa etária que está adentrando no mercado de trabalho.

No que se refere à escolaridade dos mototaxistas, a configuração das respostas, conforme o quadro 3 , informa que a maioria dos entrevistados possui escolaridade entre o fundamental completo e ensino médio completo. Mais especificamente, na cidade de Cametá, a maioria dos entrevistados não possui ensino médio completo, ou seja, não concluiu a educação básica, e na cidade de Abaetetuba a maioria dos entrevistados possui o ensino médio.

Quadro 3. Cametá e Abaetetuba. Escolaridade dos mototaxistas. 2021

ESCOLARIDADE	CAMETÁ	ABAETETUBA
Não alfabetizado	0	0
Fundamental incompleto	2	0
Fundamental completo	3	1
Ensino médio incompleto	3	2
Ensino médio completo	1	4
Nível superior incompleto	1	2
Nível superior completo	0	1

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Apesar de constarmos alguns entrevistados com ensino superior em andamento e até mesmo completo, se destaca o baixo grau de escolaridade, apresentado por esses trabalhadores, o que dificulta e limita as oportunidades de trabalho no mercado de trabalho formal. Logo, somos remetidos a um dos fatores desses trabalhadores se encontrarem no exercício dessas atividades informais de trabalho, considerando que e, por conseguinte, uma alternativa ao desemprego, pois o mercado de trabalho possui exigências que consideram o grau de escolaridade como um dos principais critérios para a entrada no trabalho formal.

Em se tratando do questionamento sobre a renda mensal como moto-táxi, podemos notar que a renda média dos trabalhadores em ambas as cidades fica em torno de um salário mínimo, considerando que o valor não é fixo pois fatores como clima, horário e até mesmo o período do ano influencia diretamente na renda alcançada pelo trabalhador. O quadro a seguir demonstra as respostas dos entrevistados quanto a renda:

Quadro 4. Cametá e Abaetetuba. Renda mensal dos mototaxistas. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAETETUBA
Não sabe	2	1
Aproximadamente um salário mínimo	4	3
Aproximadamente 1.500	3	3
Aproximadamente 2.000	1	3
Aproximadamente 3.000	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Fazendo a presente análise através da identificação dos entrevistados apresentada, o perfil remete que a totalidade são homens na faixa etária de 30 e 40 anos, com um grau de instrução intermediário, a maioria considera ter uma renda de aproximadamente 1 (um) salário mínimo. Maior parte dos mototaxistas entrevistados relataram que estão realizando esses serviços por falta de uma outra oportunidade de trabalho, ainda assim, é possível identificar nas respostas que a autonomia é tida como fator considerável na escolha do trabalho de moto-táxi, como podemos notar nas expressões a seguir:

“Eu comecei fazer moto-táxi porque eu não era bem empregado e não tava conseguindo encontrar um trabalho fichado, de carteira assinada e tal. Eu vivia de fazer um “bico aqui outro bico ali” mas “malamá” dava para poder sustentar minha família. Teve um tempo, antes de fazer moto-táxi que eu trabalhava de carteira assinada em uma loja de roupas lá na beira, mas nunca cheguei a ganhar mais de um salário. Já faz uns dez anos que eu estou fazendo corridas, tenho meus clientes fixos de anos e hoje em média eu faturei dois salários mínimos por mês, tem mês que eu consigo mais depende muito do movimento da cidade, e eu ainda faço o meu horário, mas como eu gosto das coisas certas eu tento trabalhar durante o dia normal.” (Fred, 42 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

Os mototaxistas reconhecem que as condições no trabalho não são as melhores, em contrapartida eles destacam que o fato de estarem nesse trabalho não foi uma escolha própria, e sim uma imposição do mercado de trabalho, diante das condições presentes, pois parte dos entrevistados em ambas cidades passaram a exercer a atividade porque estavam desempregados; ao passo que outra parte significativa afirmou não ter outra opção e dentre as variadas respostas, uma minoria considera que exercem a atividade por outros motivos, tais como: complemento da renda familiar ou expectativa de ganhar mais renda bruta. Dessa forma, considerando que a opção pelo trabalho como mototaxista está relacionada à dinâmica do mercado de trabalho, apresentamos o quadro 5 que contém as respostas referentes aos questionamentos sobre os motivos pelos quais os trabalhadores resolveram trabalhar como mototaxistas:

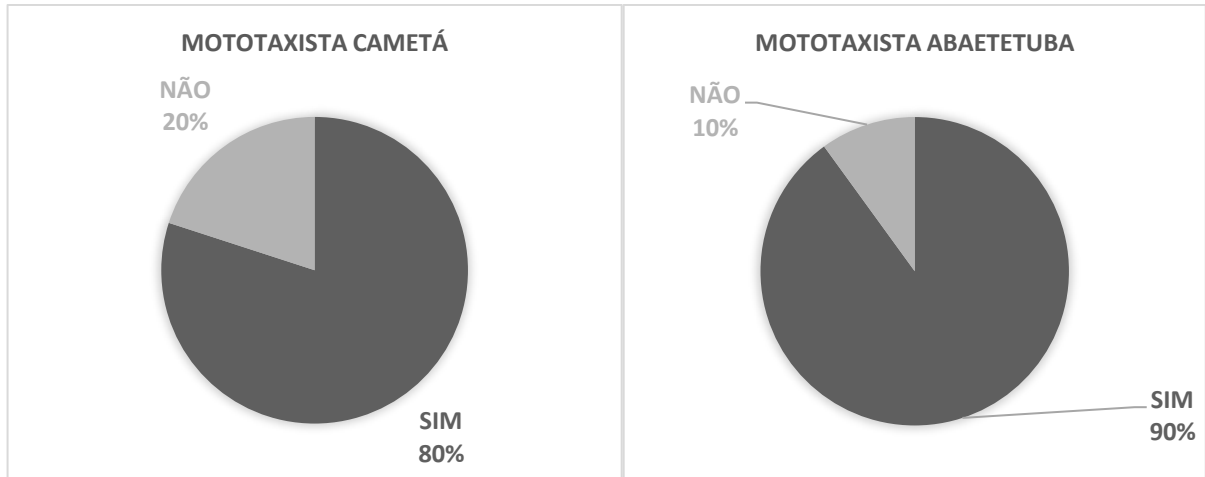
Quadro 5. Cametá e Abaetetuba. Motivos que levaram a opção pelo trabalho de moto-táxi. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAETETUBA
Ter uma renda maior	1	1
Estava desempregado	6	5
Falta de opção	2	2
Complemento de renda	1	2

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Dentre os questionamentos, levantamentos a hipótese dos mototaxistas trabalharem em outras atividades, diante da questão, na cidade de Cametá 80 % dos pesquisados admitiram que deixariam o trabalho e na cidade de Abaetetuba 90% afirmaram que mudariam de trabalho caso fosse possível, o referido quantitativo está representado no gráfico 1:

Gráfico 1. Abaetetuba e Cametá. Dados sobre a hipótese de trabalhar em outra atividade, segundo os mototaxistas entrevistados. 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Dentre as justificativas expressas nas respostas, se notou que as expectativas de mudança de emprego se concentram principalmente na possibilidade que esta situação asseguraria-lhes os direitos trabalhistas e proporcionaria uma renda mais alta. Essas justificativas ficam nítidas nos seguintes trechos retirados das entrevistas:

“se tivesse um trabalho de carteira assinada tudo direitinho onde eu tivesse uma estabilidade melhor pra minha família eu ia querer sim, é claro, mas não tem então a gente não pode parar a vida, entendeu?” (Bruno, 39 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

Olha primeiro eu ia analisar, né, ver quanto eu ia ganhar e os direitos que eu ia ter, se eu visse que era negócio eu sairia na hora dessa vida, a gente não tá aqui porque gosta, tá porque tem necessidade.” (Francisco, 31 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

Com relação à atividade que exerciam antes da atividade de motaxista, as respostas variam entre os que antes trabalhavam na atividade comercial, os que afirmaram que exerciam a atividade de vendedor, realizavam outras atividades, tais como: na atividade industrial, como frentistas nos postos de gasolina, como motorista, e ainda trabalhavam na condição de serventes de pedreiro, na construção civil, dentre outros. Outro fator importante é a forma com que os mototaxistas adquiriam suas motos, conforme o quadro 6:

Quadro 6. Cametá e Abaetetuba. Dados sobre a aquisição dos veículos utilizados pelos mototaxistas. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAETETUBA
Consórcio	5	5
Indenização de um trabalho formal	0	2
Seguro desemprego	3	0
Através da venda de um bem	0	1
Trabalhou por um tempo em moto alugada até juntar dinheiro para adquirir seu próprio veículo	2	1

Comprou com o dinheiro ganho em outro tipo de trabalho	0	1
--	---	---

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Quanto à jornada de trabalho, constatou-se, por meio das respostas dos entrevistados nas duas cidades, que os horários de trabalho se dividem praticamente em três grupos: os que iniciam suas atividades por volta de 5hs da manhã, fazem uma pausa para o almoço e se estendem até aproximadamente 18hs; um segundo grupo que inicia suas atividades por volta de 18hs e se estende até o amanhecer, por volta de 6hs; e um terceiro grupo que trabalha apenas em um turno, ou seja, variando entre manhã e tarde. Cabe ressaltar que o segundo e o terceiro grupos, na maioria dos casos, conciliam o trabalho de mototaxistas com outras ocupações, nestes casos, a referida atividade surge como uma complementação de renda.

O quadro 7 expõe os resultados das entrevistas com os mototaxistas de Abaetetuba e Cametá em relação à jornada de trabalho.

Quadro 7. Abaetetuba e Cametá. Quantidade de horas de trabalho por dia segundo os mototaxistas entrevistados. 2021

JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA	CAMETÁ	ABAETETUBA
6 horas	1	0
7 horas	3	3
12 horas ou mais	6	7

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Tendo como base o que estima a Constituição Federal, em seu art. 7.º, a jornada de trabalho é considerada de até 8 horas por dia (BRASIL, 1988), entretanto, conforme o quadro 7, a jornada de trabalho dos mototaxistas ultrapassa o horário estimado e se submete também a um outro fator de precarização, o desenvolvimento de suas atividades em horários inapropriados.

Quando indagados sobre a satisfação com a jornada de trabalho, os mototaxistas manifestaram opiniões divididas, como se observa nos trechos:

“Olha, satisfeito eu não estou né, se tivesse outra coisa que trabalhasse menos era melhor pra mim, até porque eu tenho muitos problemas de saúde e ficar muito tempo nessa moto é um veneno pra mim, mas fazer o que? O estudo que eu tenho, segundo grau, hoje em dia não é nada. Então, se eu quiser colocar comida dentro de casa é desse jeito mesmo até quando Deus permitir” (Sérgio, 50 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

“Satisfeito sim, porque eu que faço meu horário, se um dia eu quiser trabalhar só uma hora eu trabalho, se um dia que quiser tirar um dinheiro melhorzinho eu trabalho o dia inteiro e assim por diante” (Robson, 35 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

“Quem me dera poder trabalhar uma jornada menor, pra mim ia ser bem melhor né, mas ou eu trabalho ou minha família passa fome. Tenho dois filhos que ainda não

trabalham, estudam, mas não trabalham e que precisam de mim” (Bruno, 39 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cameté, em 2021).

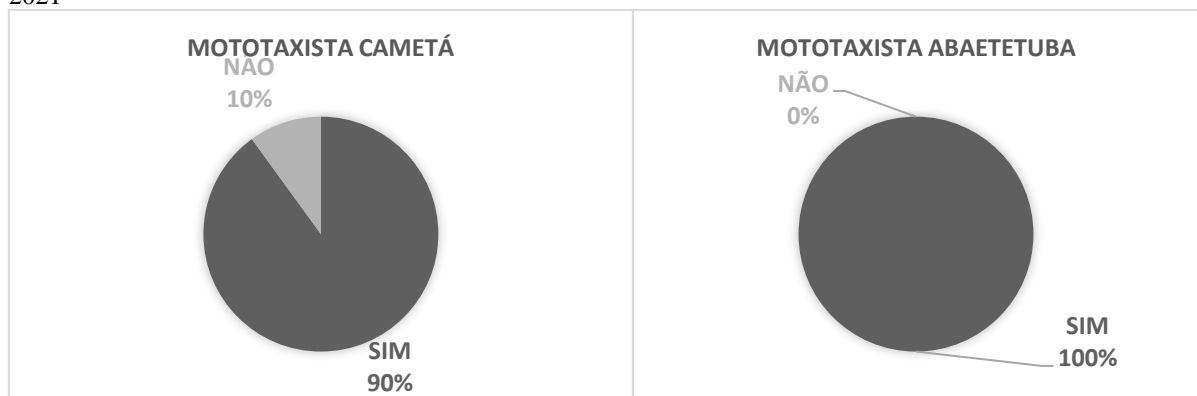
“Porque tipo assim, trabalhar nessa vida de ficar pra lá e pra cá é cansativo, mas tem a vantagem de que não preciso bater ponto e sou meu próprio patrão” (Jeferson, 26 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

Portanto, num primeiro momento, é notória a existência de satisfação em relação à possibilidade de organizar a jornada conforme suas vontades, porém, quando se traz à tona a concepção de trabalho livre e independente, uma vez que eles trabalham “por conta própria” e podem trabalhar ou não durante a semana, tem-se o paradoxo do cotidiano do mototaxista, pois a sua condição está assinalada pela precariedade e pela instabilidade.

No tocante à saúde desses trabalhadores, os dados levantados evidenciam a existência de alguns problemas nos três segmentos, dores na coluna é um dos problemas de saúde mais frequentes, dores na cabeça são problemas também comuns, devido à longa jornada de trabalho e à poluição sonora no espaço urbano. Também foram citados constantes resfriados, por conta da exposição direta às mudanças climáticas e, ainda, um risco recorrente na fala dos entrevistados foi quanto à contaminação pelo novo coronavírus.

O gráfico 2 traz as representações a respeito do reconhecimento, por parte dos entrevistados, dos danos que a execução de suas atividades como mototaxistas podem trazer à saúde:

Gráfico 2. Abaetetuba e Cameté. Danos à saúde gerados pelo trabalho, segundos os mototaxistas entrevistados. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Através da análise das entrevistas, tanto em Cameté quanto em Abaetetuba, pôde-se apreender que a atividade desenvolvida pelos mototaxistas os deixa vulneráveis a vários problemas de saúde e que eles têm conhecimento dessa precariedade em suas relações de trabalho. Os trechos das entrevistas expressam a precarização do trabalho a partir de suas implicações à saúde.

“Sinto muita dor de corpo, dor na costa, tenho um problema de coluna por causa dessa profissão que tem dias que só consigo dormir no chão. Aqui é assim, dia todo sentado na moto, é sol, é chuva e sereno, quando chega a hora de deitar o cara tá acabado” (Fred, 42 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

“Problema de saúde é o que eu mais tenho, na verdade, eu sempre tive e só piorei, eu só tinha esclerose, hoje tenho esclerose, tenho artrose, hérnia de disco, e se for ver tenho até bico de tucano. Se eu for conversar com ortopedista ele vai me mandar parar com essa vida, mas eu vou fazer o que?! Vou roubar?!” (Sérgio, 50 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

Então, partindo das entrevistas e da observação em campo, constata-se a exposição dos trabalhadores a vários problemas de saúde, que estão diretamente relacionados ao seu ambiente e condições de trabalho. Quanto à perspectiva de renda, as entrevistas mostram que a precariedade se mostra predominante, tanto para quem tem a atividade como complemento de renda quanto para quem tem o mototaxismo como única fonte de renda, todavia, este último se apresenta financeiramente ainda mais vulnerável, considerando a instabilidade dos rendimentos, como ilustram os trechos de entrevistas.

“Dá porque eu sou vigilante de um supermercado pela parte da noite, aí eu venho pra rua completar o dinheiro. Uma ou duas corridas que eu faça já é um dinheiro a mais que entra, já dou graças a Deus. É claro que um dia ou outro a gente passa necessidade, mas dá pra viver” (Francisco, 31 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

“Nossa renda é fraca, não dá não. Nossa vida é sofrida, moça. Quando é tempo de carnaval, férias a gente ganha um bom dinheiro, mas coloca aí o inverno com dias de chuva, a gente passa necessidade mesmo, pense só um pai de família na rua o dia inteiro pra chegar na casa com 5 ou 10 reais” (Vicente, 43 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

O primeiro trecho de entrevista remete ao trabalhador que presta serviços como mototaxista apenas no contraturno de um trabalho formal, ainda assim, o discurso relata que a renda acaba sendo insuficiente. O segundo trecho traz ponderações de um mototaxista que tem seus rendimentos advindos exclusivamente da atividade com moto e transporte, esse, por sua vez, enfatiza sua insegurança de renda, pois existem situações que refletem diretamente no fluxo de pessoas e isso afeta sua única fonte de renda.

No que concerne ao reconhecimento de direitos do trabalho, os mototaxistas de ambas cidades são majoritários ao expor a inexistência de garantias legais como trabalhadores, conforme mostra o quadro 8.

Quadro 8. Abaetetuba e Cametá. Direitos enquanto trabalhadores, segundo os mototaxistas entrevistados. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAETETUBA
-----------	--------	------------

Não possuem direitos	10	10
Possuem direitos	0	0

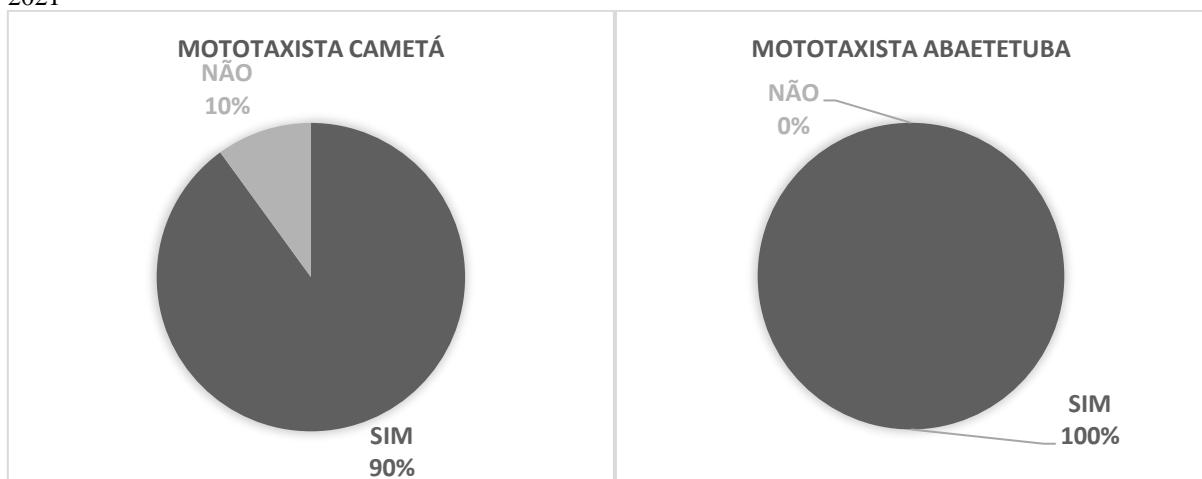
Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Na cidade de Cametá, constata-se como agravante a inexistência de um sindicato representante que busque a legalização e garantia de seus direitos. Na cidade de Abaetetuba, observou-se a existência de dois segmentos na atividade, os legalizados e os clandestinos. Ainda assim, o segmento legalizado não alcança a garantia de direitos, pois não existe a devida fiscalização por parte do poder público, ocasionando um crescente número de clandestinos.

Os mototaxistas reconhecem que a atividade não lhes garante direitos trabalhistas. E o fato de estarem nesse trabalho não foi uma escolha própria, e sim uma imposição do mercado de trabalho, diante das condições existentes, pois as motivações para o exercício dessas atividades se justificam pelos fatores de desemprego e falta de alternativa, bem como existem aqueles que visam complementar a renda familiar, fazendo da atividade de mototaxista uma renda extra.

Para fechar os questionamentos, buscamos compreender se o entrevistado considera que suas atividades como mototaxistas são precárias, as respostas foram sucintas e variaram entre “sim” e “não”, portanto, estão expressas no gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3. Abaetetuba e Cametá. Reconhecimento do trabalho precário, segundo os mototaxistas entrevistados. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Podemos notar que uma quase totalidade dos entrevistados considera suas atividades precárias e dentre as poucas argumentações constatou-se que esta precariedade estaria relacionada às condições de trabalho que esses trabalhadores são expostos, a exemplo: passar um longo período do dia sentados, expostos ao sol ou chuva e, também aos riscos de assalto ou

de acidentes, dentre outros.

Considerando uma visão geral do trabalho em Cameté e abaetetuba, os mototaxistas foram perguntados se achavam que os postos de trabalho nas referidas cidades são bons ou a maioria são precários, abaixo alguns trechos da entrevista:

“Passou pra emprego, é precário, tudo precário, isso não é só aqui em Abaetetuba, só pegar qualquer cidade do Brasil que dá pra ver isso. Hoje em dia até quem tem mestrado e doutorado não tá conseguindo trabalho que não seja precário.”

“Até que trabalho tem bem mas maioria precário, principalmente pra quem não tem estudo e até mesmo quem tem tá aqui no meio de quem não tem fazendo corrida. O trabalho aqui é isso, ou vira mototaxi, ou vai vender alguma coisa, fazer bico pela casa dos outros, vira pedreiro, até que trabalho tem mas é tudo precário.”

Tais inquietações remetem novamente o cenário de desemprego e da falta de oportunidade no mercado de trabalho, principalmente para as pessoas que não conseguem alcançar um determinado grau de escolaridade. Devemos considerar que este último também é retrato da desigualdade social.

Diante do exposto até aqui que a precariedade na atividade de mototaxistas é demarcada por vários fatores através de variantes como baixa perspectiva de renda, jornada de trabalho excessiva ou em horários irregulares, falta de segurança no trabalho, problemas de saúde do trabalhador, falta de garantia de direitos, instabilidade financeira, dentre outros. Dessa forma, a precariedade está espacializada na sociedade e considerando atual contexto de desemprego e o descaso do poder público com tal problemática, as tendências demonstram tanto um conformismo social quanto um agravamento quanto a precariedade nas relações de trabalho. Políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura de base familiar poderiam ser alternativas para estes trabalhadores.

4.2 Precariedade nas atividades dos peixeiros

Neste tópico apresentaremos as particularidades tratadas referentes ao trabalho precário por atividades dos peixeiros. Dessa forma, colocou-se em questão o levantamento de informações que viabilizaram o conhecimento sobre a contextualização e espacialização da precariedade nas cidades de Cameté e Abaetetuba. Sendo assim, foram analisadas as entrevistas com os peixeiros das nas respectivas cidades, onde aplicados 20 (vinte) questionários sendo 10 entrevistas estruturadas com esses trabalhadores em cada uma das cidades.

Figura 5. Cametá. Peixeiros. 2021.

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 6. Abaetetuba. Peixeiros. 2021.

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Iniciaremos a análise apresentando a identificação socioeconômica dos peixeiros. A atividade de venda de peixes também é representada em sua totalidade por trabalhadores do sexo masculino, entretanto, não se descarta a presença de mulheres nessa atividade. Em se tratando da faixa etária, podemos constatar que tratam-se de trabalhadores predominantemente na idade adulta, sendo que a maioria se encontra entre 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) anos conforme demonstra o quadro 9:

Quadro 9. Abaetetuba e Cametá. Faixa etária dos peixeiros. 2021

IDADE	CAMETÁ	ABAETETUBA
15 a 18 anos	0	0
19 a 30 anos	0	0
31 a 40 anos	4	2
41 a 50 anos	2	2
51 a 60 anos	3	1
61 a 75 anos	1	2

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Nesse caso, consideramos que a faixa etária se dá principalmente pelo fato de que o comércio de peixes é uma atividade que faz parte de características oriundas de um processo de formação histórico predominantemente ribeirinho. Dentre os entrevistados, existem aqueles que sempre trabalharam com a venda de peixes, os que trabalham a no mínimo 20 anos com o mercado de peixes e na maioria dos casos é uma profissão que vem percorrendo por gerações em suas famílias, sendo esta última uma das motivações mais citadas pelos entrevistados.

A baixa escolaridade também é predominante dentre os entrevistados, sendo que de 20 indivíduos apenas um possui ensino médio completo e nenhum possui ensino superior, trata-se

de uma realidade de poucas oportunidades educacionais e que ocasionam a incidência de ocupações informais, conforme o quadro 10 abaixo:

Quadro 10. Abaetetuba e Cametá. Escolaridade dos peixeiros. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAETETUBA
Não alfabetizado	1	1
Fundamental incompleto	5	4
Fundamental completo	3	4
Ensino médio incompleto	1	0
Ensino médio completo	0	1
Nível superior incompleto	0	0
Nível superior completo	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Quando se trata de renda, temos um cenário diferenciado quando se trata de atividades informais. Na cidade de Cametá uma parte significativa dos entrevistados afirma que gira em torno de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e na cidade de Abaetetuba uma outra parte também significativa considera que seus ganhos ficam em torno de R\$ 2.000 (dois mil reais), ou seja, apesar de se tratar de uma atividade sem ganhos fixos, em ambas cidades predominam valores acima do salário mínimo vigente que é R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais). Tais ponderações podem ser observadas no quadro 11:

Quadro 11. Abaetetuba e Cametá. Renda dos peixeiros. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAETETUBA
Aproximadamente um salário mínimo	3	1
Aproximadamente 1.500	7	3
Aproximadamente 2.000	1	5
Aproximadamente 3.000	0	1

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Os vendedores de peixes responderam se gostariam de estar desenvolvendo outra atividade, dentre as respostas, na cidade de Abaetetuba nenhum dos entrevistados afirmou que teria interesse em exercer outra profissão e na cidade de Cametá apenas 2 (dois) de 10 (dez) entrevistados manifestaram vontade de mudança, ou seja, grande maioria não tem interesse em desenvolver outro trabalho.

Em se tratando de jornada de trabalho, através das falas dos entrevistados, constatou-se que a totalidade deles, em ambas as cidades, inicia sua rotina diária por volta de 5hs da manhã. Entretanto, na cidade de Cametá o fluxo de pessoas e mercadorias começa a diminuir a partir de 11hs, sendo assim, o período de trabalho dos peixeiros se estende até no máximo 12hs. Essa

é uma característica peculiar na cidade de Cameté, pois no turno da manhã se concentram na feira uma grande quantidade de pessoas, mercadorias e ofertas de serviços, todavia, o mesmo espaço no turno da tarde se torna praticamente sem uso.

Por sua vez, a cidade de Abaetetuba revela características um tanto diferentes, tendo em conta que o fluxo reduz no turno da tarde, mas ainda assim não é totalmente interrompido. Por causa da disparidade entre as duas cidades em relação à circulação nos espaços de trabalho, a rotina dos peixeiros em Cameté geralmente se encerra 12hs e na cidade de Abaetetuba pode se estender até 16hs.

O quadro 12, oriundo das respostas dos peixeiros entrevistados nas duas cidades pesquisadas, remete à jornada de trabalho desenvolvida pelos trabalhadores de acordo com suas rotinas diárias.

Quadro 12. Abaetetuba e Cameté. Jornada diária de trabalho dos peixeiros entrevistados. 2021

JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO	CAMETÁ	ABAETETUBA
7 horas	4	0
8 horas	6	0
9 horas	0	1
10 horas	0	7
11 horas	0	2

Fonte: Trabalhos de campo, 2021.

Conforme retrata o quadro 12, os peixeiros entrevistados em Cameté trabalham de 7 a 8 horas por dia, o que pode ser considerado “normal”, tendo como base a jornada estabelecida em lei pela Constituição Federal, em seu art. 7.º, que é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, sendo este o limite máximo para o trabalho normal (BRASIL, 1988). Entretanto, nota-se uma dimensão de precariedade existente na rotina diária do trabalhador, pois se deve considerar que tanto o início de atividade, às 5hs da manhã, dá-se em um horário inadequado, quanto o fato de que essa jornada é efetuada sem interrupções ou intervalos para o trabalhador, o que torna a rotina ainda mais exaustiva conforme os relatos.

Nota-se também que na cidade de Abaetetuba, além do exposto, extrapola-se a jornada que é considerada normal pela legislação brasileira, o que é um indicativo de precarização do trabalho. Na cidade Cameté, onde os peixeiros entrevistados relataram satisfação quanto a sua jornada, um outro aspecto precisa ser contemplado, como evidencia o trecho de fala de Manoel, 35 anos.

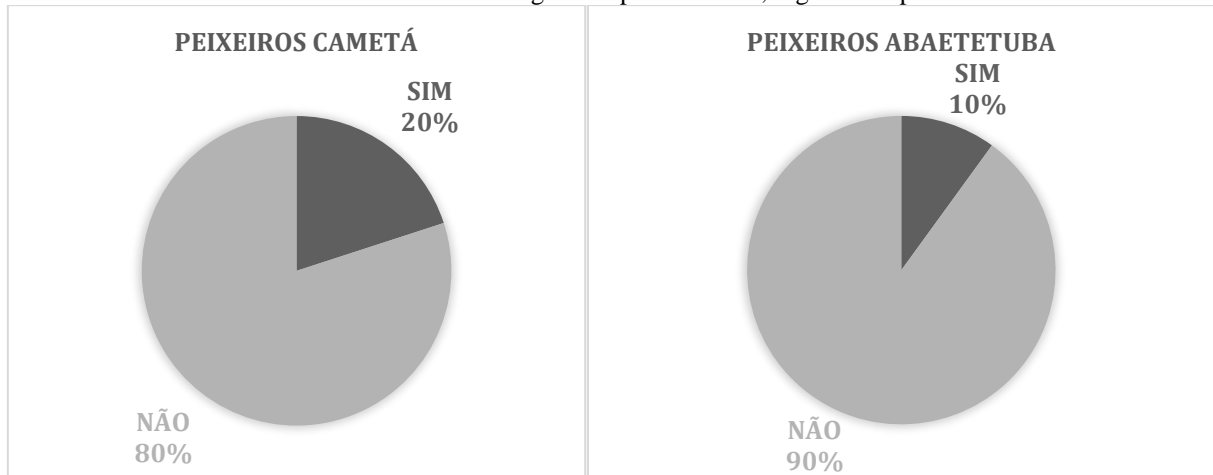
“Olha eu tô satisfeito com o tempo que eu trabalho, né, porque de tarde dá pra fazer outra coisa né, pra juntar mais um pouco de dinheiro que já ajuda também. Hoje tá tudo caro! Tu não acha nada barato mais das coisas pra manter uma casa, então a gente

vai se virando como pode, ajeita daqui, ajeita dali e vai vivendo” (informação verbal obtida em entrevista realizada em Cameté, em 2021).

Portanto, tem-se ainda a situação de que, além da longa jornada já vivenciada como peixeiro, a fala do entrevistado remete ao que Antunes (2010) chama de excesso de trabalho por sobrevivência. Em que o trabalhador busca mecanismos de complementar sua renda e se submete a jornadas ainda mais intensas.

No tocante às perguntas sobre a saúde dos peixeiros, o Gráfico 4 traz as representações de acordo com as respostas da pergunta que frisava se o trabalhador possuía algum problema de saúde relacionado com as suas atividades como peixeiro.

Gráfico 4. Abaetetuba e Cameté. Danos à saúde gerados pelo trabalho, segundo os peixeiros entrevistados. 2021



Fonte: Trabalhos de campo, 2021.

Conforme o gráfico 4, tanto entre entrevistados em Cameté quanto entre aqueles ouvidos em Abaetetuba observa-se que a maioria considera que as atividades desenvolvidas como peixeiros não afetaram sua saúde. Dentre as respostas chamou a atenção o relato do entrevistado Pedro, 55 anos, morador da cidade de Cameté. O referido relatou que trabalha com a venda e escamação de peixes a mais de 30 anos e que ainda assim possui alergia ao pescado. Segue abaixo a fala do entrevistado:

“O meu trabalho me prejudica porque essa água de peixe que cai aqui, eu sou alérgico sabe, aí coça e eu arranho e quando eu me descuido abre até ferida, mas não tem jeito né eu tenho que trabalhar e tentar não me molhar muito mas na maioria das vezes molha mas fora isso não tem nada mais de problema de saúde” (informação verbal obtida em entrevista realizada em Cameté, em 2021).

Este é um caso de problema de saúde que tem relação direta com o trabalho desenvolvido pelo entrevistado. E, considerando o ambiente de trabalho e os seus mecanismos de manuseio do peixe se torna praticamente impossível se proteger, neste caso, dos danos a sua

saúde. Como pode ser observado na figura 7, o trabalhador mantém contato direto com o pescado e não utiliza mecanismos que possam garantir mínimas proteções à sua saúde, como luvas, botas, aventais, dentre outros.

Figura 7. Cametá. Vendedor e escamador de peixes. 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Ademais, quando se trata do questionamento sobre os possíveis danos futuros à saúde, relativos à atividade de venda e escamação de peixes, os posicionamentos mudam e 100% dos trabalhadores nas duas cidades demonstram receios quanto a essas consequências. Os entrevistados elencaram como o trabalho pode vir a prejudicar a sua saúde e dentre os fatores mais citados destacam-se: a insalubridade no ambiente de trabalho; os riscos de corte por conta do manuseio da faca; a manipulação do gelo por conta do excesso de contato com o frio; e o risco de contrair o vírus da Covid-19, o mais citado pelos entrevistados, por conta do contexto da pandemia e por eles desenvolverem atividade que pressupõe contato frequente com uma grande quantidade e diversidade de pessoas.

para analisar a precariedade no ambiente de trabalho é importante considerar as questões relacionadas a insalubridade, tendo em vista que se trata da exposição do trabalhador a fatores que podem trazer danos à saúde. As figuras 8 e 9 retratam uma das questões citadas pelos entrevistados envolvidos na atividade de venda e escamação de peixes, no caso, a insalubridade no ambiente de trabalho.

Figura 8. Cametá. Ambiente de trabalho dos peixeiros. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 9. Abaetetuba. Ambiente de trabalho dos peixeiros. 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Como se pode observar, as formas que compõem o ambiente de trabalho evidenciam condições precárias, denotando insalubridade e riscos à saúde do trabalhador, tanto relativos à precariedade do espaço quanto das técnicas utilizadas.

A respeito da perspectiva de renda, os peixeiros quando questionados se consideravam suas rendas satisfatórias, tiveram suas respostas divididas. Na cidade de Cametá, de 10 entrevistados, 6 responderam que suas rendas eram satisfatórias e 4 informaram que não eram satisfatórias. Na cidade de Abaetetuba, de 10 peixeiros entrevistados, 8 responderam que suas rendas são satisfatórias e 2 relataram que suas rendas não são suficientes.

Todavia, notou-se, ao se analisar as falas, que a satisfação está relacionada ao fato de se ter uma renda e não às possibilidades que ela fornece. Também ficou explícita a necessidade de complementação de renda, seja pelo próprio trabalhador, no que deveria ser seu tempo livre, seja por meio do trabalho de outro membro familiar, como expresso nos trechos de entrevistas.

Aqui é satisfatório sim, porque se eu quiser fazer alguma coisa do meio dia pra tarde pra inteirar o dinheiro, eu faço. Aqui a gente pega no dinheiro todo dia e é melhor do que trabalhar o mês inteiro pra prefeito e ganhar bobagem e, às vezes, nem ganha nada (José, 38 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

Satisfaz sim, creio que sim, porque a mulher é aposentada né, aí dá sim tranquilo. Não dá pra viver com luxo, não, mas fome a gente não passa. Então, posso dizer que a gente vive bem porque o tanto de gente que passa fome não é pouco (Benedito, 60 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021).

Cabe ressaltar um sujeito marcante no mercado de peixes da cidade de Cametá, que é o escamador de peixes, o qual trabalha especificamente com a escamação e limpeza dos pescados.

Deve-se destacar que das 4 respostas que consideravam a renda insatisfatória, 3 eram de escamadores.

Nas falas dos escamadores de peixe a respeito de sua renda foi realçada a baixa e imprevisível remuneração dessas pessoas que diariamente buscam no mercado de peixes o sustento de suas famílias. Os entrevistados Antônio, de 48 anos, e Vítor, de 40 anos, assim se pronunciaram, respectivamente: “o que a gente ganha aqui é muito pouco, 2 reais por quilo de peixe”; “não dá pra quase nada, tem dia que a gente faz 30, 40 reais, mas tem dia que a gente faz 10 reais, some isso por mês e tire uma base de que não dá pra quase nada, ainda mais com as coisas do preço que tá” (Informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

Desse modo, os escamadores de peixes, através da renda advinda da atividade de sua atividade não conseguem manter o básico para seu sustento. As figuras 10 e 11 representam a especialização desse trabalhador e suas condições precárias de trabalho, no que se refere à estrutura, materiais de manuseio e utensílios de trabalho.

Figura 10. Cametá. Escamador de Peixes. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 11. Cametá. Utensílios de trabalho dos escamadores. 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Quando as necessidades das famílias são colocadas em questionamento nota-se, tanto em Cametá quanto em Abaetetuba, que existe uma satisfação por parte dos trabalhadores, todavia, nas especificações elencadas por eles percebe-se a lacuna deixada por uma renda sem instabilidade, bem como a vontade de realizar outras atividades. Em Abaetetuba, os discursos coincidiram em falas como: “Satisfaz porque é de onde eu compro a boia pra minha família”; “É satisfatório sim, às vezes a gente aperreia sim, mas não tem outro jeito né, a gente vai levando como Deus quer” (Informações verbais obtidas em entrevistas realizadas em Abaetetuba, em 2021).

Na cidade de Cametá, identificou-se uma fala na qual o trabalhador expõe a existência de uma modalidade de troca com outras mercadorias de clientes, ou seja, nessa modalidade o peixeiro não recebe seu pagamento em dinheiro:

É difícil faltar, ainda mais que o cara trabalha com a comida né. Às vezes a gente consegue negociar, o cara vem aqui e a gente fala: quer o dinheiro ou peixe? Aí o cara aceita o peixe a aí já facilita pra gente. Comida não falta porque a gente trabalha com a comida aí não tem como faltar (Fernando, 48 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021)

Em se tratando dos direitos garantidos aos peixeiros em questão, em ambas as cidades estudadas a maioria dos entrevistados reconhece que não tem a cobertura de direitos legais, conforme mostra o quadro 13.

Quadro 13. Abaetetuba e Cametá. Direitos enquanto trabalhadores segundo os peixeiros entrevistados. 2021

DIREITOS	CAMETÁ	ABAETETUBA
Nenhum	7	8
Direito de ter um lugar para trabalhar todos os dias	1	2
Direito de não perder o emprego	2	0

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

O questionamento versava sobre os direitos que os entrevistados possuíam como vendedores de peixes. Nota-se que essas garantias são quase inexistentes e deixam esses trabalhadores vulneráveis. Das poucas respostas positivas sobre a existência dos direitos elencou-se falas como a do entrevistado José (38 anos, Cametá) que relatou “o direito que eu tenho é que aqui ninguém toma meu trabalho, aqui todo mundo me conhece”, bem como a fala do André (41 anos, Abaetetuba) “tenho o direito de pelo menos ter um lugar para trabalhar todos os dias” (Informações verbais obtidas em entrevistas realizadas em Abaetetuba e Cametá, em 2021).

Sobre a relação dos peixeiros com o sindicato, constatou-se a inexistência de vínculos permanentes e efetivos e dentre as justificativas encontram-se discursos como: “Não, tenho porque aqui o sindicato tem uma influência muito grande de política, aí sai governo e muda tudo e benefício que é bom pra ajudar a nossa classe de trabalhadores nunca vem” (Informações verbais obtidas em entrevistas realizadas em Abaetetuba e Cametá, em 2021).

Assim, suas percepções sobre direitos do trabalhador acabam se distanciando da real cobertura que legislações vigentes e específicas poderiam trazer como benefícios e se resumem apenas ao fato de ter uma ocupação diária. Esse posicionamento remete ao que salienta Antunes

(2009) a respeito da natureza ontológica do trabalho disposta por Luckács, o trabalho é o meio pelo qual o homem se reconhecer como sujeito da sociedade.

Na cidade de Abaetetuba o reconhecimento dos vendedores de peixe quanto suas percepções sobre o seu trabalho como precário fica nítido nos seus discursos, o que demonstra que o trabalhador tem consciência da precariedade em que eles estão inseridos, entretanto, na cidade de Cametá a atividade como peixeiros não é considerada precária de acordo com as respostas. Segue algumas falas que demonstram esse parâmetro:

“É muito precário, sim, é precário porque a gente não tem muita garantia, um plano de saúde, a gente tá correndo risco aqui de se cortar de ser assaltados, e quando a gente tem um problema não tem muito pra onde correr.” (Fernando, 48 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021)

“Pra nós a situação aqui trabalhar no mercado é uma das situações melhores que tem em Cametá. A gente vem de manhã pra cá e acaba e vai cedo pra perto da nossa família, não tem que tá voltando de tarde pra cá, está sempre presente na família e por isso não tenho como do que reclamar” (José, 38 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

Nota-se que o não reconhecimento da precariedade não está relacionada á seguridade que aquele trabalho o pode propor quanto fonte de renda e não são considerados fatores como saúde, direitos, segurança e sim, jornada de trabalho e proximidade com a família. Mas, em ambas cidades denotamos que quando a abordagem sobre o trabalho precário é uma análise geral, as respostas e suas justificativas se assemelham. O questionamento apresentado abaixo perguntava qual era a percepção do peixeiro quanto a questão do trabalho em (Cametá ou Abaetetuba), se existem bons postos de trabalho ou em geral seriam trabalhos precários.

Cametá tem muito trabalho precário, muito mesmo como os estivadores que passam o dia inteiro penando no sol pra não tirar nem vinte reais por dia, o trabalho que chega esse peixe de Belém pra gente vender é muito precário, as geleiras, eles não tem material adequado e ficam naquela friadade o dia todo, aquilo é precário, tem outros também” (Manoel, 35 anos informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021)

“Falta trabalho e o que tem é precário, principalmente pra gente que já está numa idade mais avançada, não tem um estudo bom, a gente tem que se submeter a tudo quanto é serviço, aqui tem muito trabalho até mas assim na feira, em obras na construção de casa, vendendo as coisas, assim eu acho que é precário porque não é um trabalho formal” (Joel, 69 anos, informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021)

Portanto, apesar de algumas análise feitas pelos entrevistados demonstrarem um teor de contentamento com o exercício das suas atividades como peixeiros, no geral das falas é visível que tal ocupação se espacializam na sociedade tendo como base fatores que remetem ao que é precário quanto trabalho e quanto vida social. As percepções socioespaciais de ambas atividades expostas até aqui demonstram a precariedade na vida do trabalhador informal em

condições de trabalho que podem ser consideradas precárias, não diante daquilo que representam para o trabalhador, pois os mesmos conseguem muitas vezes se satisfazer guiados pela falta de alternativa, mas principalmente pela inclusão precária desse indivíduo no mercado de trabalho.

4.3 Implicações socioespaciais relativas aos espaços de trabalho

As relações de trabalho produzem o espaço, dessa forma, para compreender o trabalho precário é necessário discutir sobre as implicações socioespaciais relativas aos espaços onde os trabalhos precários se reproduzem. Através deste tópico faremos a abordagem e a interpretação sobre os espaços de trabalho e as referidas implicações socioespaciais, para isso recorreremos para as entrevistas tanto com os trabalhadores quanto com os representantes do poder público.

De acordo com a delimitação da metodologia desta pesquisa, este trabalho se ocupa em investigar especificamente o espaço urbano. Ou seja, ambas atividades se encontram recorrentes no espaço urbano das cidades de Cameté e Abaetetuba.

Primeiramente, iremos apresentar as implicações socioespaciais referentes ao espaço de trabalho dos peixeiros. Em se tratando da venda de peixes, em ambas as cidades temos a existência do Mercado Municipal de Peixes, todavia, devemos ressaltar que a atividade dos peixeiros também se reproduz em outros ambientes, sendo que este último discutiremos posteriormente.

Na cidade de Cameté, de acordo com um documento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, atual responsável pela gestão dos mercados e feiras, o setor da feira denominado de “Mercado de Peixe” é o espaço designado de forma oficial para a comercialização dos pescados e derivados, o espaço é dotado de 41 (quarenta e um) pontos comerciais, estilo bancada, dispostos em fileiras longitudinais e paralelas com corredores para trânsito dos munícipes. De acordo com Diagnóstico Prévio e Diretrizes Para o Recadastramento da Feira Livre na Sede no Município de Cameté-Pa:

O estado de conservação e condições de trabalho do respectivo setor da feira livre, onde 19,51% dos pontos comerciais não possuem numeração formal, o que dificultou o trabalho de organização dos dados, 14,63% dos pontos comerciais ainda utilizam estruturas de madeiras, o material é incompatível com as orientações oficiais de boas práticas na manipulação de alimentos, pois a madeira além de atrair insetos e similares, pode transferir substâncias utilizadas para a conservação da mesma. E, ainda, 90,24% dos pontos comerciais alegam condições precárias e apontam a necessidade de reforma estrutural nos pontos.

Através da pesquisa de campo, conseguimos ter um panorama da atual situação e das condições do espaço de trabalho dos peixeiros no Mercado Municipal de Peixes em Cametá. A organização no comércio de peixes está dividida em bancadas sendo que parte estruturada em concreto e outra parte estruturada no formato de mesas de madeiras, conforme as figuras abaixo:

Figura 12. Cametá. Mercado de Peixes.2021



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Figura 13. Cametá. Mercado de peixes. 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Nas figuras 12 e 13 podemos perceber que as bancadas não se encontram nas melhores condições o que remete em condições precárias de trabalho, pois expõe o trabalhador a insalubridade. Na figura 13 podemos observar reparos recentes no telhado e na pintura das colunas, mas de modo geral é possível perceber problemas estruturais e de limpeza, inclusive a presença de urubus na mesma bancada onde os peixes são expostos. Esses fatos também são inquietações presentes nas falas dos entrevistados:

“Aqui estou achando até bom, deram uma pintada, colocaram lampadas, tava muito feio, as calhas estavam velhas, o ruim aqui também é a encanação que eles prometeram colocar torneiras pra gente e estamos aguardando. Sem a torneira fica difícil até pra lavar aqui.” (José, 38 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

“O prefeito chegou aqui e falou que se ganhasse ia colocar uma caixa d’água pra gente trabalhar melhor, mas depois que ganharam só vieram aqui pintar a grade, pintaram os paus do telhado e foram embora, na verdade pintaram isso tudo pra tirar foto porque a sujeira continua a mesma.” (Manoel, 38 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021).

Ainda sobre a organização dos espaços de trabalho, não existe um regulamento oficial que forneça determinações e/ou orientações sobre a manutenção do mercado. O vendedor de peixes tem contato direto com o produto, nesse sentido, ressaltamos que os peixeiros não possuem uma padronização quanto a trajes e equipamentos de trabalho adequados para

manusear o pescado, o que também implica em riscos ao trabalhador.

Figura 14. Cametá. Peixeiro. 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A situação se torna ainda mais agravante quando levamos em conta a venda que ocorre fora do mercado de peixes, popularmente denominada de “feira do peixe vivo”, em locais que dificultam o controle e fiscalização dos órgãos responsáveis e desencadeiam também outras problemáticas nas relações entre os peixeiros conforme a ponderação a seguir:

“o problema aqui é seguinte, agora que começaram colocar essas lâmpadas, era muito escuro, mas falta muita coisa, o vigia aqui é só no papel, a gente não pode deixar nada aqui que já estão roubando a nossa venda. Tem também a questão do pessoal que vende peixe lá na entrada da feira do açai, aquilo era pra ter acabado já porque eles abordam o cliente lá em cima, com um preço mais barato que o nosso, até porque os cara da prefeitura não fiscaliza, eles que nem aqui aí é isso.”

Na fala apresentada constam os problemas referentes à segurança no espaço de trabalho, pois não existe uma devida vigilância no período em que o mercado fica fechado. Ademais, ressalta as problemática do comércio de peixes fora do mercado, que seria uma modalidade de venda irregular. A figura 14 é um registro realizado nesses ambientes fora do mercado de peixes e demonstra que o produto está disposto em cima de pedaços de papelões, tendo caixotes como base. Os peixeiros que realizam as suas atividades nessas situações fazem as suas vendas em uma ponte localizada na área externa no mercado de açai.

Figura 15. Cametá. Feira do peixe vivo. 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

A comercialização de peixes na cidade de Abaetetuba também conta com a presença marcante do mercado municipal. O espaço trata-se de um prédio estilo galpão e conta com aproximadamente 150 (cento e cinquenta) compartimentos divididos por paredes de concretos, demarcados por enumerações, com bancada de alumínio e encanamento de água:

Figura 16. Abaetetuba. Mercado Municipal de Peixes. 2021.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Apesar de não ter passado por reformas significativas nos últimos anos, a estrutura geral do mercado está relativamente em bons estados. A principal problemática desses espaços é quanto a higienização do ambiente, considerando que esta é indispensável para a preservação da saúde. Sobre esta questão, o setor responsável pela administração do mercado elaborou regras de convivência e manutenção que abordam desde a padronização do uniforme até a limpeza dos compartimentos internos.

Apesar do ambiente externo não demonstrar uma limpeza adequada, dentro dos compartimentos podemos observar uma determinada limpeza. Isso se justifica pelas exigências dispostas no regulamento interno do mercado, onde o peixeiro deve pagar, caso não faça a limpeza por conta própria, uma taxa de R\$ 10,00 (dez reais) que garante a limpeza do seu local individual. Além disso, para a liberação do funcionamento, é expressamente obrigatório o uso de camisa branca (fornecida pela administração do mercado), avental e botas.

Figura 17. Abaetetuba. Compartimento de venda de peixes. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Para além da atividade desenvolvida pelos peixeiros dentro do mercado, temos a incidência de peixeiros que atuam na parte externa do prédio. São trabalhadores que se dispersam pelas ruas, não possuem equipamentos de segurança e manuseio do produto, expõem os peixes em basquetas dispostas no chão, conforme a próxima figura:

Figura 18. Abaetetuba. Venda de peixes nas ruas. 2021.



Trabalho de campo, 2021.

As atividades dos mototaxistas se espacializam predominantemente nas ruas dos espaços urbanos, tanto em Cameté quanto Abaetetuba. Logo, os trabalhadores estão expostos ao calor e outras variações meteorológicas como o frio, chuvas e ventos que podem causar ou agravar doenças. Além disso, esses trabalhadores, na maioria dos casos, não possuem equipamentos adequados que lhes garantam mais segurança, como capacetes, sapatos e roupas. Nas figuras 18 e 19 temos registros de ambas cidades que representam essa espacialidade:

Figura 18. Cameté. Mototaxistas. 2021



Fonte: trabalho de campo, 2021.

Figura 19. Abaetetuba. Mototaxistas. 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

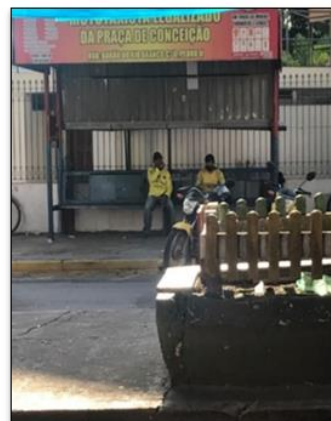
Nas duas cidades, os mototaxistas se organizam em pontos estratégicos, de acordo com o fluxo de circulação de pessoas, como esquinas de praças, portos de embarque e desembarque de passageiros e cargas, pontos comerciais, dentre outros (ver figura 20) . A cidade de Abaetetuba destoa apenas em um aspecto, considerando que uma parte dos mototaxistas são legalizados, existem pontos fixos, organizados e identificados para aqueles que não são clandestinos(ver figura 21).

Figura 20. Cameté. Ponto de mototaxista. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 21. Abaetetuba. Ponto de mototaxista. 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Dentre os questionamentos, buscamos compreender o sentimento dos trabalhadores em relação ao exercício da atividade, ou seja, como se sentem como trabalhadores. Dentre as respostas, a maioria dos entrevistados consideraram que o fato de terem uma ocupação para trabalhar e por isso a incidência da afirmação que consideram-se bem, outra parte afirmam que apesar de se sentem bem, ressaltam que poderia ser melhor caso o poder público tivesse interesse em melhorar as suas condições de trabalho, existem ainda os que afirmaram estar nessa condição pelo fato de não terem outra maneira de obter um trabalho devidamente legalizado. Para melhor compreender o posicionamento desses trabalhadores, apresentamos a seguir alguns trechos das entrevistas:

Me sinto muito bem, tenho meu ganha pão diário e dou graças a Deus por isso. Não é um trabalho fixo mas é honesto e é de onde eu tiro o sustento, ajudo lá em casa. Tem tanta gente com estudo sem trabalho, então o negócio não tá fácil, não dá pra não se sentir bem tendo de onde levantar uma grana todo dia. (Nonato, 22 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Cametá, em 2021)

Como trabalhador eu me sinto bem sim, posso dizer que só de não passar fome já fico satisfeito, tanta gente passando fome por aí, melhor ainda seria se esses políticos cumprisse com a palavra dele e legalizasse nosso trabalho, tudo direitinho, pra gente ter mais garantia de vida mesmo, tipo assim, ter mais direitos. Se tivesse isso tava beleza. (Marcos, 28 anos - informação verbal obtida em entrevista realizada em Abaetetuba, em 2021)

Por fim, ficou evidente que a grande maioria reivindica maior atenção do poder público e melhoria das condições de trabalho. Não obstante dessa discussão, apresentamos agora o posicionamento dos mototaxistas quanto os principais problemas enfrentados no exercício das suas atividades. Tais ponderações também aparecem nas respostas dos entrevistados, dispostas no quadro 14, quando os mesmos relatam os principais problemas enfrentados:

Quadro 14. Abaetetuba e Cametá. Dados sobre os problemas enfrentados pelos mototaxistas. 2021

RESPOSTAS	CAMETÁ	ABAIETETUBA
Violência	8	7
Mototáxis clandestinos	0	6
Falta de apoio do poder público para regulamentação da atividade	8	6
Perspectiva de renda	4	7
Mudança climática	4	6
Acidentes no trânsito	9	10

Fonte: trabalho de campo, 2021.

De modo geral, podemos dizer através das falas dos entrevistados que os problemas estão centrados principalmente nos espaços de trabalho e na vulnerabilidade social ocasionada pelo exercício de uma atividade informal. Tanto os mototaxistas quanto os peixeiros apresentam inquietações relacionadas ao espaço em que desenvolvem suas atividades e essas inquietações persistem em representar toda a precariedade envolvida nos processos e relações de trabalho.

4.4 Implicações socioespaciais relativas aos espaços de moradia

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um processo de urbanização intenso e marcado principalmente pelo deslocamento permanente de pessoas do campo para a cidade, o que acarretou uma série de problemas referentes a ordem estrutural e social dos centros urbanos, e por consequência disso emerge uma grande demanda por moradia, e considerando a falta de estrutura suficiente, os resultados foram o agravamento de problemas relacionados à questão da moradia.

Tendo em vista as abordagens centrais desta pesquisa, discutir a precariedade nas relações de trabalho requer a compreensão de como as atividades informais dos trabalhadores podem repercutir em outras áreas de suas vidas. Neste tópico traremos a análise das relações entre o trabalho precário e a sua relatividade com os espaços de moradia. Sendo assim, é imprescindível buscar compreender as implicações que o trabalho precário pode exercer nos espaços de moradia.

A questão da moradia há muito tempo vem sendo discutida em âmbito nacional. No Brasil, após muitas lutas e reivindicações dos movimentos sociais, o direito à moradia foi incorporado à Constituição Federal de 1988. A moradia digna é representada na concepção de Borges (2013), como um lugar seguro, acessível, que dispõe de infraestrutura, sendo ainda contemplado pelos serviços públicos locais. Considerando o espaço urbano brasileiro percebemos o quanto é visível a precariedade, levando em consideração que um grande número de pessoas não dispõe dos serviços básicos necessários à sobrevivência, implicando significativamente na vida dessas pessoas.

No que se refere à questão da moradia apresentaremos os dados de acordo com as cidades de Cametá e Abaetetuba, mais especificamente de acordo com as respostas dos entrevistados quanto ao espaço de moradia. Nas entrevistas realizadas na cidade de Cametá, incluindo nessa análise os peixeiros e os mototaxistas, podemos constatar que dentre os 20 (vinte) entrevistados, todos os trabalhadores residiam na cidade de Cametá, com destaque para os bairros: Baixa Verde, Primavera, Castanhal. Segue abaixo o quadro 15 que sistematiza os bairros citados:

Quadro 15. Cametá. Bairros citados nas entrevistas com os mototaxistas e peixeiros. 2021.

BAIRRO	MOTOTAXISTAS	PEIXEIROS
Primavera	2	3
Baixa-verde	3	4
Castanhal	4	1
Nova Cametá	1	1
Matinha	0	1

Fonte: Trabalho de campo,2021.

Diante do exposto, identificamos a recorrência do nome de alguns bairros, buscamos realizar um trabalho de campo voltado para observação e registro dos bairros mais citados pelos entrevistados, sendo assim, apresentamos abaixo o quadro 16 com alguns registros feitos nos bairros de Baixa Verde, Primavera e Castanhal:

Quadro 16. Cameté. Registros dos bairros mais citados pelos mototaxistas e peixeiros. 2021

BAIRROS CITADOS PELOS ENTREVISTADOS EM CAMETÁ		
NOME DO BAIRRO	REGISTRO 1	REGISTRO 2
BAIXA-VERDE		
CASTANHAL		
PRIMAVERA		

Fonte: Trabalho de campo,2021.

Conforme o quadro 16, podemos observar que os bairros se assemelham em alguns aspectos, tendo como destaque o não asfaltamento das ruas. Os bairros listados fazem parte da

periferia da cidade e apresentam problemáticas referentes às condições básicas de moradia, como podemos observar:

“As ruas não prestam nenhuma, tá uma imundície a rua, só lama, qual não tem lama tem lixo, a iluminação até que tá boa, água tem não é tratada, mas tem, a rua mesmo que não presta, só buraco e quando enche não tem pra onde escoar água.” (vendedor de peixes, Cametá)



“O bairro que eu moro é daquele jeito né, só tem aquela terra que passaram lá mas aquilo ao invés de ajudar piora tanto que fica só um lamaçal.” (vendedor de peixes, Cametá)”

“Agora tá melhor porque algumas ruas foram asfaltadas, aquelas ruas de perto dão saída para a rua principal tão todas asfaltadas, só aquela parte da beira do rio que fica muito feio, sem falar que é perigoso descer pra lá uns certos horários.” (mototaxista, Cametá)

Nas expressões dos entrevistados é perceptível suas insatisfações quanto aos bairros onde residem. Problemas de infraestrutura, falta de asfaltamento, esgoto, escoamento de água e até mesmo a violência urbana, que remetem a precariedade existe nos espaços de moradia do trabalhador.

Sobre a cidade de Abaetetuba, através das entrevistas, identificamos a recorrência dos nomes de alguns bairros. Dentre os bairros citados, destacamos a recorrência dos bairros São João, Algodual e Santa Rosa, os quais apresentamos os registros no quadro 17:

Quadro 17. Abaetetuba. Registro dos Bairros mais citados pelos mototaxistas e peixeiros. 2021.

BAIRROS CITADOS PELOS ENTREVISTADOS EM ABAETETUBA	
NOME DO BAIRRO	REGISTRO 1
ALGODOAL	
SANTA ROSA	



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

Através das imagens podemos observar que as ruas são asfaltadas, porém não apresentam um bom estado de conservação. Ademais, nas falas dos entrevistados a violência urbana aparece como principal problema enfrentado pelos entrevistados nos espaços de moradia.

Questões relacionadas às condições de moradias, a localização, segurança, infraestrutura e apropriação do espaço contribuem significativamente para a precariedade. Essa precariedade, tanto no trabalho quanto na moradia, acarreta uma série de dificuldades, e em se tratando da precariedade dos espaços de moradia, temos ligação direta com a carência de serviços básicos a sobrevivência, impactando negativamente no modo de vida das pessoas.

Maricato (2001, p.51) enfatiza que “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. Levando em consideração as análises feitas no decorrer da pesquisa e na observação dos bairros mais recorrentes nas respostas das entrevistas, ressaltamos que o trabalho precário contribui diretamente para a precariedade socioespacial, causando inúmeras implicações na realidade dos trabalhadores.

Tendo vista os bairros apresentados, reconhecemos que a localização distante do centro, somados a outros fatores, como a falta de saneamento, água tratada, luz, esgoto, asfaltamento, aos problemas estruturais da residência, etc., refletem a relação intrínseca entre as questões levantadas sobre trabalho precário e a precariedade presentes nos espaços de moradia.

CONCLUSÃO

As constantes transformações nos processos produtivos e econômicos ocasionaram graves mudanças nas condições de vida e principalmente de trabalho, como por exemplo, a destruturação do mercado de trabalho e, por conseguinte, o desemprego. E com isso, a informalidade se estabelece nas relações de trabalho dando margem à precariedade em diversas perspectivas que implicam na compressão de direitos outrora conquistados. Nesse sentido, as bases legais que deveriam estabelecer parâmetros públicos de regulamentação das relações de trabalho se tornam praticamente insignificativas diante da atual configuração do mundo do trabalho.

Dessa forma, o desemprego tem papel de destaque nas implicações do trabalho precário, pois acaba provocando a precarização da força de trabalho e atingindo quase todos os segmentos sociais. É diante do desemprego que muitos trabalhadores desempregados são obrigados, para sobreviver, a inserirem-se no setor informal, passando a exercer atividades por conta própria. E assim surgem os problemas sociais como resultantes da precariedade e esses podem facilmente ser percebidos em fatores como aspectos como: o subemprego, a desigualdade social e a precarização das relações e das condições de trabalho, que podem variar de acordo com o local e a atividade exercida.

As cidades de Abaetetuba e Cametá, lócus dessa pesquisa, localizadas na região de integração do Tocantins, no Estado do Pará, conformam-se enquanto cidades intermediárias de grande relevância na oferta de comércio e serviços para uma ampla população, estendendo sua influência para além de seus limites municipais e abarcando também os municípios vizinhos. Ambos os municípios possuem destaque tanto em sua região de integração quanto no Estado do Pará, possuindo contingentes populacionais consideráveis para os padrões amazônicos e desempenhando suas cidades relevantes papéis regionais, ofertando serviços a uma ampla região, especialmente à população ribeirinha.

As dinâmicas da precariedade do trabalho em atividades de prestação de serviços urbanos nas cidades de Cametá e Abaetetuba, na Região de Integração do Tocantins, se processam demarcadas pela falta de políticas públicas que abarquem as legislações vigentes e tragam as devidas garantias aos trabalhadores e, assim, desenvolvem suas atividades em condições de precariedade que implicam tanto no dia-a-dia do trabalhador quanto nas demais áreas de suas vidas, deixando a população em situação de vulnerabilidade e insegurança.

Consideramos a formação sócioeconômica das cidades estudadas e a marcante presença

de um histórico de exploração e de um baixo dinamismo econômico local, como determinantes no que se refere à dimensão da identidade desses trabalhadores que se submetem a atividades informais e precárias. Eles procuram ressignificar e reinventar novas formas de sobrevivência. Diante da estagnação econômica, a população passa a reinventar o seu próprio trabalho como estratégia de sobrevivência e como forma objetiva de resposta ao desemprego. As atividades desempenhadas por trabalhadores representam uma alternativa imediata na tentativa de minimizar os problemas no mundo do trabalho.

Nesse sentido, consideramos diversos aspectos que podem expressar a precariedade existente. Na atividade dos mototaxistas, problemas relacionados à violência pública, falta de garantia de direitos, acesso à saúde, jornada de trabalho desgastante e em horários impróprios e instabilidade de renda são os fatores que mais remetem o trabalho precário desses trabalhadores. Nas atividades dos peixeiros surgem questões sobre saúde, insalubridade, insegurança de renda, garantia de direitos e perspectiva de rendas são os marcadores da precariedade.

São muitas as dinâmicas de precariedade existentes nas atividades informais dos mototaxistas e dos peixeiros e, logo, esses fatores implicam na socioespacialidade desses trabalhadores. Podemos citar dentre as principais implicações as situações de moradias precárias e as possibilidades de acesso a uma formação educacional adequada, sendo que este último também é um fator que implica na incidência do trabalho precário.

Os dados e informações discutidos em relação ao trabalho de peixeiros e mototaxistas nas cidades de Cameté e Abaetetuba, por meio de indicadores como identificação socioeconômica, jornada de trabalho, renda, saúde e direitos, espaços de trabalho e moradia, evidenciam socioespacialidade do trabalho precário. Ultrapassando a espacialidade do local de trabalho e alcançando todos os espaços da vida dessas pessoas e de suas famílias, constituindo moradias precárias, acesso deficitário a serviços básicos, entre outros desdobramentos.

O desemprego é extremamente preocupante, mas a precariedade do trabalho gera danos também significativos, criando uma classe de trabalhadores que se espacializam cotidianamente em atividades rotineiras e que se tornam banais. Suas condições de trabalho e de vida demonstram-se degradadas pela insegurança no trabalho, falta de perspectiva de renda, insalubridade, vulnerabilidade social, problemas de saúde, dentre outras variantes que remetem à expressividade do trabalho precário.

A precariedade nas relações de trabalho é, ou pelo menos deveria ser, uma denúncia à

sociedade que está faltando emprego e que milhares de trabalhadores estão lutando por trabalho e por condições dignas para manterem suas famílias. Portanto, nesse viés, nos ajudaram em grande medida, nas reflexões sobre os trabalhadores que estão exercendo suas atividades como moto-táxis, peixeiros e muitas outras atividades precárias que se reproduzem no espaço urbano das cidades.

Diante desse quadro, poucas medidas são tomadas por parte do setor público. Ou seja, essa preocupação ainda é bastante limitada, pois na maioria das vezes desconsidera a realidade de luta cotidiana pela sobrevivência da maioria desses trabalhadores. Desse modo, o poder público junto aos órgãos responsáveis limitam suas iniciativas, não fazendo menções às condições de trabalho destes, nem tampouco propõe medidas de redução da precariedade dessa atividade laboral, que possibilite a estes trabalhadores condições legais com direitos e garantias trabalhistas assegurados.

As problemáticas geradas pelo desemprego são gritantes e, assim, a precariedade adquire formas cada vez mais persistentes. Temos um expressivo número de trabalhadores que de uma forma praticamente banalizada veem as condições de trabalho e de vida, suas e de suas famílias, numa curva descendente e contínua, em situações de grave precariedade. Nesse sentido, se buscou contribuir para a visibilidade e levantamento de reflexões sobre a importância da viabilização da melhoria das condições de trabalho e de vida. Para tanto, pode-se dizer que as ponderações conclusivas expressas nesta última sessão assumem caráter parcial, uma vez que não se pretende encerrar a discussão da temática abordada nesta dissertação. Afinal, o intuito deste trabalho foi salientar os debates que abarquem as temáticas sobre Geografia, Trabalho e Precariedade. Nesse sentido, as inquietações vislumbram abrir novas frentes de pesquisa que possam fornecer respostas para as diversas formas de trabalho precário que se manifestam no processo de desenvolvimento das relações socioespaciais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. São Paulo: Práxis, 2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação Produtiva e a Crise do Sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e centralidade do mundo do trabalho. 11^o ed. São Paulo: Cortez: Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BECKER, Bertha K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha K., MACHADO, Lia Osório; MIRANDA, Mariana. **Fronteira amazônica**: questão sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990.

BERNARD, Kaiser. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n^o 84, p. 93-104, 2006.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CAMPOS, Marcio; SARAIVA, Luiz Alex Silva. O trabalho, suas representações e sentidos: da demissão recontração de trabalhadores. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 36, p. 31-56, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**, Petrópolis: Vozes, 2001.

CHIZZOTTI, **Pesquisa em ciências sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do Espaço: Uma reaproximação conceitual da teoria Lefebviana. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 23, 2008 (p. 125-132).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online]**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LAZZARESCHI, Noêmia. Flexibilização, desregulamentação e precarização das relações de trabalho: uma distinção necessária. **Revista Labor**, número 1, volume 13, (p. 63-82).

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Ruy. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**. Volume II. Número 16. (p.04-06).

OLIVEIRA, José Aldemir. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.) **O espaço no fim do século: uma nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panacéia delirante. **Trab. educ. saúde**, n. 7, volume 3, (p. 549-563).

PADINHA, Marcel Ribeiro. **Em terras precárias quem tem pouco é centro: o papel das pequenas cidades na rede urbana Amazônica: uma análise a partir de Cametá- Pa**. 2010. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani César de Freitas. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÁ, Tereza. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações. Revista de sociologia**, volume 7, (p. 91-105).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia e trabalho de Campo**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Baixo Tocantins: Unidade Sub-Regional na Amazônia Oriental**. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará, 2005.

_____. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Paper do NAEA**, Belém, 321, p.1-22, Dezembro de 2013.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**. São Paulo, 2016.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro 1: entrevista com os escamadores de peixe

1. Dados pessoais (nome, idade, estado civil, escolaridade)
2. Onde nasceu? Onde viveu?
3. Qual a situação familiar?
4. Quais as atividades que você trabalhou antes?
5. Como foi que você resolveu atuar como escamador de peixe?
6. Qual a sua rotina diária de trabalho?
7. Quais são os problemas mais frequentes no seu trabalho e como são resolvidos?
8. Qual a relação da sua atividade com a prefeitura (poder público)?
9. Depois que você passou a trabalhar como escamador de peixe sente algum problema de saúde?
10. Como você faz para tomar os cuidados com relação a sua segurança?
11. Quais os direitos que você tem prestando serviço como escamador de peixe?
12. Como você se sente enquanto trabalhador?
13. Você tem alguma relação com o sindicato? Sim, qual a relação?

Roteiro 2: entrevista com os mototaxistas

1. Dados pessoais (nome, idade, estado civil, escolaridade)
2. Onde nasceu? Onde viveu?
3. Qual a situação familiar?
4. O que você fazia antes de atuar como moto-táxi?
5. Como foi que você resolveu atuar como Moto-Táxi?
6. Qual a sua rotina diária de trabalho?
7. Como você conseguiu adquirir a moto?
8. Qual a sua relação com o usuário?
9. Depois que você passou a trabalhar como mototaxista sente algum problema de saúde (previdência)?
10. Como você faz para tomar os cuidados com relação a sua segurança?
11. Quais os direitos que você tem prestando serviço como mototaxista?
12. Como você se sente enquanto mototaxista?
13. Você tem alguma relação com o sindicato? Sim, qual a relação?

Roteiro 3: entrevista com os carregadores de bagagem

1. Dados pessoais (nome, idade, estado civil, escolaridade)
2. Onde nasceu? Onde viveu?
3. Qual a situação familiar?
4. Quais as atividades que você trabalhou antes?
5. Como foi que você resolveu atuar como escamador de peixe?
6. Qual a sua rotina diária de trabalho?
7. Quais são os problemas mais frequentes no seu trabalho e como são resolvidos?
8. Qual a relação da sua atividade com a prefeitura (poder público)?

9. Depois que você passou a trabalhar como escamador de peixe sente algum problema de saúde?
10. Como você faz para tomar os cuidados com relação a sua segurança?
11. Quais os direitos que você tem prestando serviço como escamador de peixe?
12. Como você se sente enquanto trabalhador?
13. Você tem alguma relação com o sindicato? Sim, qual a relação?